



## 07 DE OUTUBRO DE 2015

### Quarta-feira

- ACORDOS REDUZEM SALÁRIOS DE 33 MIL TRABALHADORES NO SETOR AUTOMOBILÍSTICO
- MITSUBISHI MANTÉM CORTES E FAZ ACORDO PARA PAGAR ABONO AOS DEMITIDOS
- GM COLOCA 350 TRABALHADORES DE MOGI DAS CRUZES EM 'LAY-OFF'
- GESTÃO RICHA SOFRE RARA DERROTA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
- DILMA SANCIONA LEI QUE ELEVA ALÍQUOTA DA CSLL PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
- O CONTRIBUINTE BRASILEIRO E A REFORMA DO TELHADO
- PARLAMENTARES VÃO APRESENTAR REPRESENTAÇÃO CONTRA CUNHA POR QUEBRA DE DECORO
- GREVE TEM ADESÃO DE 60% DOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
- MEDO DO DESEMPREGO SOBE AO MAIOR NÍVEL DESDE 1999
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS CAI 42% EM SETEMBRO E ANFAVEA REBAIXA PROJEÇÃO PARA O ANO
- FMI VÊ PIORA NO BRASIL E PROJETA RETRAÇÃO DE 3% NESTE ANO
- VOLKSWAGEN INICIARÁ RECALL DE CARROS AFETADOS POR FRAUDE EM EMISSÕES DE POLUENTES EM JANEIRO
- SETOR SIDERÚRGICO GLOBAL NÃO TEM SOLUÇÃO FÁCIL À FRENTE
- ARTIGO: FINALMENTE
- QUEDA NA VENDA DE MÁQUINA AGRÍCOLA ATINGE EMPREGO
- ACORDO HISTÓRICO
- INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DA CHINA E COREIA PERDE COM ACORDO DA TPP
- LAND ROVER REVELA PRIMEIRO SUV CONVERSÍVEL DO MUNDO

- INFLAÇÃO OFICIAL DESACELERA EM SETEMBRO E ACUMULA 9,49% EM 12 MESES
- SASAZAKI ANUNCIA NOVO CEO
- RIO TINTO E BHP TÊM RETORNO PROGRESSIVO PARA OS ACIONISTAS
- INDICADORES CONJUNTURAIS: RESULTADOS DE AGOSTO DE 2015
- JCA FECHA ENCOMENDA DO ANO DA SCANIA
- O BRASIL ESTÁ FADADO A SER EXPORTADOR DE COMMODITIES?
- PAÍSES DO TPP SÃO 35% DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MANUFATURA, DIZ CNI
- SEM ESCALA, PEQUENO TERMINAL DE CONTÊINER TENDE A DESAPARECER
- FALTA DE INVESTIMENTO PODE PREJUDICAR RETOMADA DA PRODUÇÃO NAS INDÚSTRIAS
- INDÚSTRIA PARANAENSE ANUNCIA NOVO CICLO DE EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS
- HONDA VAI DE CONSÓRCIO PARA ENFRENTAR 2016
- FITESA LIDERA RANKING DE EMPRESAS BRASILEIRAS MAIS INTERNACIONALIZADAS
- PEQUENAS E MICROEMPRESAS TERÃO CONDIÇÕES ESPECIAIS EM LICITAÇÕES FEDERAIS
- EXPORTAÇÕES DEVEM CRESCER 12% ESTE ANO
- ENTIDADES REUNIDAS NA CDH DENUNCIAM MANOBRA NA MP 680

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 07/10/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,808	3,809
<b>Euro</b>	4,278	4,279

**Fonte: BACEN**

## Acordos reduzem salários de 33 mil trabalhadores no setor automobilístico

07/10/2015 – Fonte: CIMM

O setor automobilístico já firmou acordos para que 33 mil trabalhadores sejam colocados no regime do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), pelo qual, para não serem demitidos, eles aceitam redução de até 30% na jornada de trabalho e nos salários e recebem um complemento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), correspondente à metade da redução salarial e até 15% dos vencimentos.

Segundo o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, em alguns casos a adesão foi acertada entre as empresas e sindicatos, mas falta homologação do governo federal.

Além dos casos de redução de jornada, as montadoras têm 7,2 mil trabalhadores em regime de lay-off, ou seja, com o contrato de trabalho suspenso.

Para Moan, essas medidas são um esforço das empresas para não dispensar funcionários, apesar da significativa queda nas vendas.

“Esses números demonstram claramente o esforço continuado do setor automotivo para a manutenção do nível de emprego à máxima possibilidade de cada uma das empresas”, afirmou o presidente da Anfavea, ao anunciar hoje (6), em São Paulo, o balanço do setor. As empresas do ramo empregam hoje 133,6 mil pessoas, 14,1 mil menos do que em setembro do ano passado.

A queda nas vendas chega a 32,5% na comparação entre as 296,3 mil unidades comercializadas em setembro de 2014 e os 200,1 mil veículos vendidos no mês passado.

De janeiro a setembro, foram vendidos 1,95 milhão de veículos, 22,7% a menos do que os 2,52 milhões comercializados no mesmo período do ano passado. “Retornamos ao volume de vendas de 2007”, disse o representante da indústria automobilística.

Acompanhando a retração do mercado, os fabricantes de veículos reduziram o ritmo das linhas de montagem. A produção de veículos automotores caiu 19,5% em setembro, na comparação com agosto. Em setembro foram fabricadas 174,2 mil unidades, contra 216,6 mil em agosto.

Em relação ao mesmo mês de 2014, quando foram produzidos 300,8 mil veículos, a queda verificada no mês passado chega a 42,1%. “Sem dúvida nenhuma, um processo de ajuste do estoque”, comentou Moan sobre a redução na produção.

Um dos segmentos mais afetados pela queda nas vendas é o de caminhões. Apesar do aumento de 3,2% na comercialização entre agosto e setembro, os 5,8 mil veículos do tipo licenciados no mês passado representam uma queda de 44% em comparação com setembro de 2014.

No acumulado de janeiro a setembro, a retração é de 47,3%. Foram 97,3 mil caminhões vendidos no mesmo período de 2014, contra 54,4 mil neste ano.

Os efeitos da redução do ritmo da atividade econômica são agravados, segundo Moan, por uma crise de confiança. Como exemplo, o presidente da Anfavea destacou a queda de 6,8% nas vendas de máquinas agrícolas entre agosto e setembro, de 4,2 mil para 3,9 mil unidades.

No acumulado do ano, a redução nas vendas é de 29,8%, de 52,5 mil máquinas de janeiro a setembro de 2014, para 36,8 mil no mesmo período deste ano. "Como fundamento real nesse momento, na minha visão, não existe razão para uma queda desse tamanho", disse.

Moan ressaltou que o agronegócio tem tido uma "performance positiva", com boas safras e preços favoráveis com a desvalorização do real. "Nós reputamos boa parte dessa queda a fatores ligados a índice de confiança, seja do consumidor, seja do investidor".

### **Mitsubishi mantém cortes e faz acordo para pagar abono aos demitidos**

07/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Mitsubishi manteve as demissões realizadas na fábrica de Catalão (GO) e fez acordo com o sindicato dos metalúrgicos da região para conceder benefícios trabalhistas, além dos direitos garantidos na rescisão de contrato, a 600 demitidos.

A empresa não detalha o acordo, mas, segundo o sindicato, a montadora vai pagar abono fixo de R\$ 3.000 a cada demitido, além de conceder dois meses de vale alimentação e PLR (Participação nos Lucros e Resultados) integral aos dispensados.

Pelo acordo da categoria, a empresa pode pagar apenas 50% da PLR, caso o trabalhador seja demitido.

A primeira parcela da participação nos lucros, de R\$ 4.000, está prevista para ser paga em novembro. O valor da segunda vai depender do cumprimento de metas, segundo informou o sindicato.

Os metalúrgicos demitidos fizeram uma assembleia em frente ao prédio da Vara do Trabalho de Catalão, onde ocorreram as negociações, e aprovaram o acordo negociado nesta terça.

Segundo o sindicato, ainda está sendo negociada a reintegração de alguns trabalhadores dispensados que têm estabilidade garantida - caso de integrantes da Cipa (Comissão interna de prevenção de acidentes) ou portadores de doença profissional.

"Os demitidos também terão prioridade nas próximas contratações", informou o sindicato. A negociação foi iniciada na segunda-feira e retomada nesta terça (6), com a mediação do Ministério Público do Trabalho.

"A queda de 21,4% nas vendas de automóveis entre janeiro e agosto impôs à MMC Automotores do Brasil um ajuste no quadro da fábrica de Catalão (GO), onde são produzidos 85% dos modelos vendidos no país", informou a montadora.

A empresa afirma ainda que "empreendeu todos os esforços possíveis para preservar o nível de emprego e prestará todo o apoio aos colaboradores desligados".

A companhia investiu R\$ 1,3 bilhão na unidade industrial entre 2010 e 2015 e informa que mantém "os planos de lançamentos de novos produtos no mercado nacional".

## GM coloca 350 trabalhadores de Mogi das Cruzes em 'lay-off'

07/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A GM (General Motors) fechou acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para colocar 350 trabalhadores de Mogi das Cruzes em "lay-off" (suspensão temporária do contrato de trabalho). A unidade tem cerca de 700 empregados.

Segundo o sindicato (filiado à Força Sindical), os trabalhadores serão afastados a partir desta quinta-feira (8) e retornam ao trabalho em março de 2016. Nesse período, recebem seguro-desemprego. A proposta foi aprovada em assembleia nesta terça.

No acordo, a empresa se comprometeu a pagar 13º salário, PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e dará estabilidade no emprego por três meses após o período de afastamento.

O presidente do sindicato e da Força Sindical, Miguel Torres, diz que a medida é "extrema", mas vai garantir os empregos de quase metade da fábrica. "Garantir emprego e renda neste tempo de crise é fundamental."

### SEGUNDO TURNO SUSPENSO

Nesta segunda (5), a montadora já havia comunicado que paralisará o segundo turno da fábrica de São Caetano do Sul (SP). Com isso, 1.600 funcionários que trabalham das 15h às 23h41, no segundo turno, devem ser afastados da fábrica, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (Força Sindical).

Outro grupo de cerca de 800 funcionários, já em "lay-off", terá prorrogado a suspensão do contrato por um período de mais três meses, de acordo com o sindicato. Procurada, a montadora não forneceu detalhes sobre esse grupo.

#### PPE X LAY-OFF









Entenda os instrumentos para preservar o trabalho

##### PPE

Programa de Proteção ao Emprego criado pelo governo para evitar demissões em empresas que estão sofrendo com a crise econômica. As empresas podem reduzir jornada de trabalho, e empregados têm parte da renda complementada pelo governo

##### LAY-OFF

Suspensão temporária do contrato de trabalho. Originalmente existia para permitir que trabalhadores se afastassem para cursos de aprimoramento. Um projeto de lei passou a permitir que empresas adotassem lay-off quando comprovadamente não pudessem manter o nível da produção

 <b>Salário do trabalhador</b>	A empresa pagará salário correspondente à jornada reduzida, e o governo complementarará metade do que faltar, até o teto de R\$ 900,84. Por exemplo, numa redução da jornada de 30%, o governo complementa até 15%	O trabalhador recebe benefício equivalente ao seguro-desemprego do FÁT, limitado a R\$ 1.385,91. A empresa pode complementar o valor com uma ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial
 <b>Jornada de trabalho</b>	Reduzida em até 30%	O empregado fica em casa
 <b>Férias e 13º</b>	Não está definido se os benefícios também terão complemento do governo	Trabalhador não recebe os benefícios. O período de afastamento conta para as próximas férias
 <b>Duração do instrumento</b>	Por até seis meses, prorrogáveis por mais seis	De 2 a 5 meses, prorrogáveis. Na prorrogação, a empresa paga os R\$ 1.385,91 antes bancados pelo governo
 <b>Encargos trabalhistas pagos pela empresa (FGTS e INSS)</b>	A contribuição será sobre o valor pago pela empresa mais a parcela complementada pelo governo, ou seja, o salário efetivamente recebido pelo trabalhador	Não há pagamento de encargos
 <b>Encargos trabalhistas pagos pelo trabalhador</b>	O trabalhador contribuirá sobre o salário que recebe	Não há pagamento de encargos. O trabalhador continua, no entanto, amparado pelo INSS
 <b>Estabilidade no emprego</b>	Trabalhador não pode ser demitido durante o programa e terá estabilidade por mais um terço do período de adesão da empresa ao PPE	Se o trabalhador for demitido durante o lay-off ou nos três meses após o retorno ao trabalho, receberá multa de no mínimo um mês do salário que recebia antes da suspensão
 <b>Governo</b>	O governo arrecada menos do que se o trabalhador estivesse cumprindo jornada regular, mas evita desembolsos com seguro-desemprego	O governo não arrecada e ainda precisa arcar com pagamento de R\$ 1.385,91 ao trabalhador com contrato suspenso

## Gestão Richa sofre rara derrota na Assembleia Legislativa

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo do Paraná sofreu uma rara derrota na terça-feira (6) na Assembleia Legislativa, onde a maioria dos deputados integra a bancada de situação.

A derrota ocorreu na votação de um recurso ao plenário feito pelo deputado Tercílio Turini (PPS) contra parecer negativo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a uma emenda proposta por ele em projeto sobre a Agência Reguladora do Paraná (Agepar), que fiscaliza serviços concedidos, inclusive pedágios.

### [Acompanhe: Como votou cada deputado](#)

A emenda de Turini, rejeitada na CCJ, prevê a instalação de um programa de computador nas praças de pedágio para definir quantos veículos pagaram a tarifa e qual foi o total arrecadado.

O líder do governo, Luiz Claudio Romaneli (PMDB), pediu o voto contrário dos deputados da situação, mas o placar de votação registrou 34 votos favoráveis, 13 contrários e duas abstenções.

Com a aprovação do recurso, a emenda voltará a ser analisada na CCJ. Antes da votação, o presidente da Comissão, Nelson Justus (DEM), fez um discurso inflamado contra a revisão da inconstitucionalidade da emenda.

Ele disse que o governador Beto Richa (PSDB) vetaria o projeto de lei com a emenda, considerada inconstitucional por ele. Turini contra-argumentou que, quando assumiu o mandato, procurou as informações e não encontrou.

## Dilma sanciona lei que eleva alíquota da CSLL para instituições financeiras

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A presidente Dilma Rousseff sancionou com vetos a lei que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% até o final de 2018.

Pelo texto divulgado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, a alíquota passa a ser de 20% para o período entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, voltando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados e das de capitalização

A elevação da CSLL para instituições financeiras faz parte das medidas de ajuste fiscal.

A lei também prevê elevação de 15% para 17 % da CSLL cobrada de cooperativas de crédito entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, voltando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Ao explicar os vetos, Dilma citou que "os dispositivos resultariam em significativa renúncia de receita não condizente com o contexto econômico atual". Além disso, explicou que as medidas não vieram acompanhadas das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias.

## O contribuinte brasileiro e a reforma do telhado

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A sociedade brasileira tem assistido, nos últimos meses, ao trágico *rendez-vous* do atual governo, com as consequências de suas ações passadas. Após uma década colhendo os frutos da bonança internacional e das reformas estruturantes da segunda metade dos anos 1990, o governo brasileiro certamente arrepende-se agora de não ter seguido o adágio que sugere que se conserte o telhado em dias de sol. Pois os dias chuvosos chegaram, há goteiras e a sociedade é agora convocada ao serviço de conserto.

Quando está chovendo, é mais fácil perceber onde há vazamentos: entre 2010 e 2014, o PIB brasileiro expandiu-se em 17%, enquanto o governo aumentou seus gastos em 70%. Tal trajetória é evidentemente insustentável, não importando aqui a destinação desse gasto.

O cenário, se apresentado a uma mãe ou pai de família, certamente provocaria resposta rápida: a prudência impõe redução de gastos enquanto a chuva não passa. Nossos governantes, no entanto, não se comportam como pais nem mães de família, e a receita para enfrentar a tempestade é outra.

Daí que hoje assistimos ao governo resolver enfrentar a crise aumentando o seu quinhão de propriedade sobre a produção, que hoje já equivale a mais de um terço – a carga tributária brasileira já atinge o absurdo patamar de 36% do PIB.

É assim que nos deparamos com violências como o envio de orçamento anual deficitário ao Congresso Nacional, o anúncio da volta da CPMF e outros tributos inclusive em nível estadual, que geram um acréscimo digno de tempos econômicos vigorosos, mas que, colocado no contexto atual, apenas significam absurdo aumento de carga tributária, pura e simplesmente.

Nossos governantes, ao se deparar com dificuldades financeiras, tentam resolvê-las avançando sobre a riqueza gerada pelo setor produtivo.

O que ocorre agora não é apenas maléfico ao país no curto prazo. Ao aumentar a carga tributária em tempos de crise, os governos solidificam incentivos que há décadas guiam o setor público, que ditam que a eficiência não deve ser almejada e que a extração de recursos da sociedade é a solução de todos os males.

É como se dissessem: "Não é necessário reformar nem gastar com parcimônia ou criatividade, pois a sociedade sempre estará pronta para bancar a inépcia, a corrupção e a falta de critério nos gastos públicos."

Lamentamos que novamente nossos governantes, ao se deparar com dificuldades financeiras, tentem resolvê-las avançando sobre a riqueza gerada pelo setor produtivo. Porém, mais grave ainda é o fato de que este avanço se baseia em um sistema tributário extremamente complexo (custoso para governos e empresas) e injusto, com impostos incidindo majoritariamente sobre o consumo da população, sem distinção de capacidade contributiva.

Esta tem sido a marca de um governo sob a égide de um partido cuja matriz ideológica impede avanços macroeconômicos rumo à eficiência e à produtividade da economia, na contramão dos saudáveis preceitos liberais de economia de mercado e de diminuição do tamanho do Estado.

Esperemos que o governo esteja à altura do desafio que se apresenta ao Brasil e que, derradeiramente, seja compreendido que as raízes do problema encontram-se no setor público, no seu tamanho e na sua ineficiência. Este tamanho e ineficiência devem ser resolvidos como um dever de casa, pelos próprios artífices deste pernicioso desajuste.

Na qualidade de contribuintes e de cidadãos, resta-nos a vigilância para garantir que o sistema político comporte-se em real sintonia com os anseios da coletividade, já há anos escorchada pela alta carga tributária e pelos juros do mercado financeiro – sintomas da crônica e doentia incuria de nosso governo.

Edson José Ramon, empresário e ex-presidente da Associação Comercial do Paraná, é presidente do Instituto Democracia e Liberdade.

### **Parlamentares vão apresentar representação contra Cunha por quebra de decoro**

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Um grupo de parlamentares opositores ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apresentará nesta quarta-feira, 7, uma representação na Corregedoria da Câmara acusando Cunha de ter quebrado o decoro parlamentar em seu depoimento na CPI da Petrobras, em março, quando declarou que não tinha contas no exterior.

Segundo o Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, revelou, a Procuradoria da Suíça confirmou que Cunha foi informado formalmente sobre o congelamento das contas das quais ele é beneficiário. Segundo fontes próximas ao caso de Cunha no Ministério Público suíço, o parlamentar foi informado sobre o bloqueio das contas "há um bom tempo".

O líder do PSOL, Chico Alencar (RJ), afirmou que já há parlamentares do PSB, Rede, PT e PMDB que ratificarão o documento.

"Teremos ainda mais adesões", afirmou. O objetivo da representação é que a Mesa da Casa dê um parecer que permita que seja instaurado um processo de cassação de mandato no Conselho de Ética, da Câmara.

Na prática, essa seria a primeira tentativa de retirar Cunha da presidência da Casa.

Hoje, Cunha se negou mais uma vez a comentar a suposta existência de contas na Suíça em seu nome ou tendo seu nome como beneficiário. "Não vou falar sobre isso", limitou-se a responder.



## Greve tem adesão de 60% dos bancários de Curitiba e região

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

No primeiro dia de greve dos bancários, 60% dos trabalhadores de Curitiba e região aderiram ao movimento e 173 agências estão paralisadas. No interior do estado, são 709 agências sem funcionar.

Os centros administrativos também não estão funcionando totalmente. As informações foram divulgadas na tarde desta terça-feira (6) pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba e pela Federação dos Bancários do Paraná.

Em Curitiba, desde o início da manhã, as agências do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC e Santander amanhecaram cobertas de cartazes e faixas informando da paralisação que reivindica, entre outras coisas, reajuste salarial de 16%.

A expectativa do dirigente sindical e representante da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú, Darci Saldanha, é que o movimento dure pelo menos 20 dias. Os caixas eletrônicos continuam funcionando e devem ser reabastecidos ao longo da greve. As filas no início desta terça-feira eram grandes, principalmente por hoje ser o quinto dia útil do mês.

A grande movimentação era de aposentados. A greve segue por tempo indeterminado, já que a categoria recusou a proposta de reajuste de 5,5%, mais abono de R\$ 2.500 que não será incorporado ao salário, oferecido pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

São 31.514 mil bancários em todo o estado, sendo que 18.525 trabalham em Curitiba e região (Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Guarapuava, Londrina, Paranavaí, Toledo e Umuarama).

### **Reivindicação**

A categoria reivindica reajuste salarial de 16%, piso salarial no valor de R\$3.299,66 e plano de carreira para todos os funcionários com reajuste anual de 1%. Além disso, os bancários querem auxílio-refeição, alimentação e creche o valor de R\$ 788 cada e Participação nos Lucros e Resultados de três salários mais R\$ 7.246,82 fixos.

As negociações com representantes dos bancos foram finalizadas no dia 25 de setembro, após a Fenaban oferecer 5,5% de reajuste de salários e benefícios mais abono de R\$ 2.500.

### **Brasil**

A greve dos bancários por tempo indeterminado atinge todos o país. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), estão em greve os trabalhadores do: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia e no Distrito Federal.

### **Consumidor**

Apesar da greve, os prazos de vencimento de faturas, boletos bancários e outros tipos de cobrança continuam valendo. Os consumidores que não querem pagar juros e multa devem usar os caixas eletrônicos ou canais de atendimento pela internet para pagar suas dívidas, orienta o Procon-PR. A mesma dica vale para as pessoas jurídicas.

Para quem não é cliente de nenhuma agência, a alternativa é entrar em contrato com o credor e negociar outras formas e lugares alternativos para o pagamento, como Casas Lotéricas e a própria sede da empresa. De acordo com o Procon-PR, os consumidores

devem anotar os números de protocolo de atendimento para que possam reclamar caso o credor não ofereça opções de lugares para quitar a dívida.

O Procon-PR afirma que os canais de autoatendimento devem continuar funcionando normalmente, por isso não é necessário tirar dinheiro imediatamente. Mas, em greves anteriores, já aconteceram casos isolados de falta de envelopes para depósito e dinheiro em caixas eletrônicos.

## **Medo do desemprego sobe ao maior nível desde 1999**

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Diante da crise econômica e política pela qual o país passa, o brasileiro está mais temeroso em relação ao desemprego. O cenário afetou também a satisfação com a vida, que caiu ao menor nível histórico.

Segundo pesquisa divulgada nesta terça-feira (6) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Medo do Desemprego aumentou 1,7% em setembro, na comparação com junho, alcançando 105,9 pontos – esse é o maior nível alcançado desde setembro de 1999.

De dezembro até o mês passado, o medo do desemprego cresceu 41,5%. Em relação a setembro do ano passado, o indicador aumentou 37,5%.

Na avaliação da CNI, a crise tem afetado a sensação de conforto da população. O Índice de Satisfação com a Vida caiu 1,8% em setembro, na comparação com junho, e está em 93,9 pontos, o menor nível histórico, desde que a CNI começou a fazer esse indicador, em março de 1999.

“Isso indica que a atual crise econômica está afetando a população com maior intensidade que o verificado nas crises anteriores”, informou a CNI no documento.

A entidade destacou ainda que quanto menor a renda familiar dos brasileiros, maior foi redução na sua satisfação com a vida na comparação entre setembro de 2014 e igual mês de 2015.

Enquanto entre os brasileiros com renda familiar de até um salário mínimo o Índice de Satisfação com a Vida sofreu redução de 13,5%, para os brasileiros cuja renda familiar é superior a cinco salários mínimos essa queda foi menor, apresentando recuo de 3,9%. A pesquisa da CNI foi feita com 2.002 pessoas em 141 municípios entre 18 e 21 de setembro.

## **Produção de veículos cai 42% em setembro e Anfavea rebaixa projeção para o ano**

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A produção de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus no mercado brasileiro caiu 19,5% em setembro na comparação com agosto e recuou 42,1% ante o mesmo mês do ano passado, divulgou nesta terça-feira (6) a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No nono mês do ano, foram produzidos 174.240 veículos no país. Com o resultado, a produção acumula queda de 20,1% no ano.

Considerando apenas automóveis e comerciais leves, a produção em setembro chegou a 166.694 unidades, baixa de 20,8% em relação a agosto e recuo de 41,8% ante setembro de 2014.

No mês passado, foram produzidos 146.699 automóveis e 19.995 comerciais leves. Com isso, a produção de autos e leves acumula queda de 18,6% no período de janeiro a setembro deste ano contra igual intervalo do ano passado.

A produção de caminhões, por sua vez, avançou 14,5% em setembro na comparação com agosto e recuou 50,6% ante o mesmo mês do ano passado. Ao todo, a produção de caminhões atingiu 5.819 unidades no nono mês do ano. A fabricação de pesados acumula queda de 47,2% em 2015 até setembro, ante igual período do ano passado.

No caso dos ônibus, foram produzidas 1.727 unidades em setembro, alta de 54,2% na comparação com agosto e recuo de 37,9% ante setembro do ano passado. Com o desempenho de setembro, a fabricação de ônibus acumula queda de 33,1% em 2015 até agora ante igual período do ano passado.

### **Vendas**

As vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus caíram 3,5% em setembro na comparação com agosto e 32,5% ante o mesmo mês do ano passado, segundo a Anfavea. No nono mês de 2015, foram emplacadas 200.077 unidades em todo o país. Os licenciamentos acumulam queda de 22,7% no período de janeiro a setembro ante igual período de 2014.

Considerando somente automóveis e comerciais leves, foram emplacadas 192.845 unidades em setembro, o equivalente a recuos de 3,6% na comparação com agosto e de 31,8% ante um ano atrás. Em setembro de 2015, foram vendidos 166.358 automóveis e 26.487 comerciais leves.

As vendas de caminhões, por sua vez, atingiram 5.929 unidades em setembro, alta de 2% na comparação com agosto e recuo de 47,1% ante setembro de 2014. Os emplacamentos de pesados acumulam queda de 43,9% no ano na comparação com o mesmo período do ano passado.

No caso dos ônibus, foram vendidas 1.303 unidades no nono mês do ano, tombo de 2,3% na variação mensal e de 40,8% ante setembro do ano passado. Diante do desempenho de setembro, os licenciamentos de ônibus acumulam recuo de 31,2% no ano.

### **Projeção**

A partir dos dados ruins de setembro, a Anfavea revisou suas projeções e espera agora que as vendas totais do setor sejam de 2,540 milhões de unidades em 2015, volume 27,4% menor do que as 3,498 milhões vendidas em 2014. Até então, a entidade previa queda de 20,6% nos emplacamentos em 2015 ante 2014.

A Anfavea passou a projetar que a produção total de veículos vai totalizar 2,418 milhões de unidades neste ano, o equivalente a um tomo de 23,2% na comparação com as 3,146 milhões produzidas em 2014. Até então, a associação previa recuo de 17,8% na fabricação de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus no período.

### **Empregos**

A entidade também informou que a indústria automobilística eliminou 742 vagas em setembro. Após as recentes demissões, o setor encerrou o nono mês do ano com 133.609 empregados, queda de 0,6% na comparação com agosto e recuo de 9,6% ante o mesmo mês do ano passado. Com o resultado, a indústria automotiva já demitiu 10,9 mil empregados em 2015.

Apenas o segmento de autoveículos registrou retração de 0,6% no número de empregados em setembro na comparação mensal, ao totalizar 117.669 funcionários.

Em relação a setembro do ano passado, a queda foi de 8,3%. Já o segmento de máquinas agrícolas teve recuo de 0,5% no número de empregados ante agosto e de 18,2% na variação anual, para 15.940 funcionários.

## **FMI vê piora no Brasil e projeta retração de 3% neste ano**

07/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O Fundo Monetário Internacional (FMI) voltou a cortar as previsões de crescimento para o Brasil e o país deve ter um dos piores desempenhos entre as maiores economias mundiais em 2015 e 2016, de acordo com o relatório "Panorama Econômico Global" divulgado nesta terça-feira (6), em Lima. Para este ano, a previsão foi cortada de queda de 1,5%, para recuo de 3%. Em 2016, a estimativa passou de crescimento de 0,7% para retração de 1%.

O Brasil foi, entre as principais economias mundiais, a com maior corte das projeções na comparação com o relatório do FMI de julho. Em 2015, só o Produto Interno Bruto (PIB) da Rússia deve encolher mais que o do Brasil, com queda de 3,8%. Já em 2016, o Brasil deve ter o pior desempenho considerando os maiores mercados.

Para a economia russa, a previsão é de recuo de 0,6% no PIB em 2016. "Na América Latina, a crise no Brasil foi mais profunda do que o esperado", ressalta o documento. Desde 2012 o FMI vem reduzindo as previsões para o PIB brasileiro a cada nova atualização.

O FMI destaca no relatório que os índices de confiança dos empresários e consumidores brasileiros continuaram a piorar, "em grande parte por conta da deterioração das condições políticas" no Brasil. Com isso, o investimento está se desacelerando de forma rápida, afirma o documento.

Para o FMI, o necessário ajuste macroeconômico no país está pressionando negativamente a demanda doméstica. A piora da economia brasileira, afirma o documento, está afetando outros países da América Latina, pelo tamanho e importância do país na região e sua interconectividade por meio, por exemplo, do comércio.

Nesse cenário, a América Latina deve ter um novo ano de crescimento decepcionante e abaixo da tendência. Em 2015, a região deve se contrair 0,3% e no ano que vem, a previsão é de expansão de 0,8%.

A inflação no Brasil, prevê o FMI, deve chegar a 8,9% este ano, superando o teto da meta do Banco Central, refletindo o reajuste de preços administrados e a desvalorização do real. A expectativa dos economistas do Fundo é que os preços convirjam para perto do centro da meta nos próximos dois anos.

Para 2016, a previsão do FMI é de inflação de 6,3%. Na taxa de desemprego, a estimativa apresentada no relatório é de que o indicador fique em 6,6% em 2015 e 8,6% em 2016.

Ainda no relatório, o FMI volta a recomendar que o Brasil tome medidas para melhorar o ambiente de negócios, incluindo reformas estruturais em setores como educação e trabalho.

## **Volkswagen iniciará recall de carros afetados por fraude em emissões de poluentes em janeiro**

07/10/2015 – Fonte: Reuters

O presidente-executivo da Volkswagen, Matthias Mueller, disse em uma entrevista a um jornal alemão que a companhia vai iniciar em janeiro um recall dos carros afetados pela fraude de testes de emissão de poluentes promovida pela empresa. O programa vai durar até o final de 2016.

"Se tudo ocorrer de acordo com o plano, nós poderemos começar o recall em janeiro. Todos os carros deverão ser consertados até o final de 2016", disse Mueller ao Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ). O jornal forneceu uma cópia da entrevista antes da publicação na quarta-feira.

Mueller disse ao FAZ que acredita que apenas alguns empregados estão envolvidos na fraude que envolveu manipulação de testes de emissão de poluentes de motores a diesel. Ele refutou a tese de que seu predecessor, o detalhista Martin Winterkorn, tinha que ter conhecimento sobre a fraude.

O novo presidente da Volkswagen disse que a companhia terá que ficar menor e menos centralizada, adicionando que todo modelo e marca do grupo será avaliado para determinar sua contribuição para a companhia.

Mas ele disse que uma "evolução" e não uma "revolução" será necessária para que a companhia se recupere, prevendo que o grupo poderá "brilhar de novo" em dois a três anos.

"Esta crise nos dá uma oportunidade para modernizar as estruturas da Volkswagen", disse Mueller. "Nós queremos fazer uma companhia menor, mais descentralizada e dar às marcas mais responsabilidade."

Mueller rejeitou a sugestão de que a Volkswagen informou aos mercados financeiros tarde demais sobre os problemas apesar de ter informado sobre a descoberta da fraude a autoridades da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA, na sigla em inglês) semanas antes de tornar o fato público.

## **Setor siderúrgico global não tem solução fácil à frente**

07/10/2015 – Fonte: Reuters

A indústria siderúrgica mundial enfrenta uma crise cada vez mais intensa e quaisquer fechamentos de usinas já previstos provavelmente não será suficiente para restaurar a lucratividade do setor.

A segunda maior usina siderúrgica da Inglaterra, SSI UK, foi liquidada nesta semana, em meio à queda nos preços do aço e exportações recordes da China, que produz metade do aço mundial.

Problemas similares são vistos na segunda maior siderúrgica da África do Sul, Evraz Highveld Steel and Vanadium, que está tendo que ser resgatada, enquanto a indiana Tata Steel e a norte-americana US Steel reduziram capacidade este ano. Empresas brasileiras como a Usiminas e a Gerdau também reduziram capacidade produtiva no país este ano.

Especialistas, porém, afirmam que as medidas estão longe de serem suficientes para resolver o quadro de excesso de capacidade da indústria.

"A indústria siderúrgica está na pior recessão em 10 anos, tão ruim quanto os anos de 1991 e 1992", disse o analista Wiktor Bielski, da VTB Capital. "Não há praticamente ninguém no setor que não esteja em dificuldades. Menos de 50 por cento da indústria global pode fazer dinheiro aos preços atuais do aço", acrescentou.

Consultores da empresa de pesquisa de mercado CRU afirmam que 700 milhões de toneladas, de um total de 2,3 bilhões de toneladas de capacidade de produção, estão ociosas, com cortes de 400 milhões a 500 milhões de toneladas sendo necessários para equilibrar o mercado até 2020.

Porém, poucos acreditam que estes cortes poderão se materializar, porque 300 milhões de toneladas em capacidade ociosa estão na China, onde cortes em um setor que emprega milhões de trabalhadores poderão disparar revoltas populares.

A Associação de Ferro e Aço da China (Cisa) espera que as exportações de aço da China excedam 100 milhões de toneladas este ano, depois de saltarem 50 por cento no ano passado para 94 milhões de toneladas. Esta torrente de aço chinês barato tem ajudado a manter os preços globais da liga no menor nível em 11 anos.

"Os preços globais do aço caíram mais do que do minério de ferro nas últimas semanas. No sul da Europa, estamos vendo aço da China sendo vendido a cerca de 300 euros por tonelada, significativamente abaixo do custo do produtor mais eficiente da União Europeia", disse o presidente-executivo do grupo siderúrgico europeu Voestalpine, Wolfgang Eder.

Enquanto isso, é difícil ver algum mês sem notícia de nova medida protecionista, ações que muitos especialistas afirmam ser contraproducentes no longo prazo porque reforçam o quadro de excesso de capacidade produtiva.

## **Artigo: Finalmente**

07/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

É preciso saudar a disposição da presidente Dilma de reassumir com vigor o seu protagonismo. Ele é a condição necessária (ainda que não suficiente) para enfrentar as nossas enormes dificuldades.

Tenta recuperar as condições de governabilidade que perdeu com enorme rapidez a partir da sua reeleição.

As causas foram muitas. Talvez a mais importante foi não ter "explicado" clara e diretamente aos seus eleitores (um pouco mais de 1/3 dos votantes que constituíram a maioria no segundo turno) por que era impossível continuar com o sonho político social e econômico construído pelo marketing eleitoral que a reelegeu.

Quando, sem anestesia, não comunicou -apenas fez saber- aos que a apoiaram que se apropriaria da política econômica do seu adversário perdeu, imediatamente, mais de 2/3 deles e ficou reduzida à aprovação de hoje, da ordem de 9% dos eleitores.

A eficiência do plano de "ajuste" foi prejudicado pela falta de orientação ao Poder Legislativo.

Este, assistindo à confusão do Executivo, transformou o que seria um saudável ressurgimento do seu próprio protagonismo num pobre festival de irresponsabilidade.

O auge da desconstrução foi a remessa ao Legislativo de um orçamento deficitário, com a afirmação de que "não havia o que cortar".

A mensagem foi de uma imprudência assustadora: o Executivo jogou a toalha e pediu ao Legislativo que o substituísse. Foi essa tempestade quase-perfeita, que levou a Standard & Poor's, que havia dado ao ilustre ministro Levy um voto de confiança, a retirá-lo arrependida.

Com a sua mensagem de 2/10, Dilma fez o que deveria ter feito em dezembro de 2014: 1º) reaproximou-se da sua base legislativa da qual se afastara na disputa desinformada com Eduardo Cunha e 2º) cuidou da reorganização interna para dar maior governança ao seu governo.

As mudanças sugerem um recomeço. Tratou-se de uma "ordem unida" para a sua base política, que é a preliminar necessária à solução dos problemas econômicos. Sua qualidade e efetividade se revelarão nas próximas semanas.

No que se refere à administração, a exaltação de algumas medidas cosméticas, de efeito mais psicológico do que prático, foi útil. O fato é que o "ajuste" não é o que se queria, mas avança discretamente.

O discurso de Dilma foi, na minha opinião, o melhor que a presidente já fez. Algo próximo de um "mea culpa" que transmitiu honesta tranquilidade. Curto e objetivo. Revelou sinais evidentes de que internalizou não só a gravidade da situação, mas também a necessidade de reassumir o seu protagonismo para o bem do futuro de um Brasil civilizado.

(Antonio Delfin Netto - Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal.)

## **Queda na venda de máquina agrícola atinge emprego**

07/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O setor de máquinas agrícolas continua amargando a desaceleração de vendas no Brasil. O cenário hoje é bem diferente do dos anos recentes, quando a quebra de safra nos Estados Unidos, a queda dos estoques mundiais de grãos e a demanda aquecida permitiram uma aceleração das vendas de máquinas e de implementos agrícolas no país.

De janeiro a setembro, as vendas internas de máquinas agrícolas e rodoviárias recuaram para 36,9 mil unidades, 30% menos do que em igual período do ano passado.

Considerando apenas o mês passado, a maior retração entre os produtos agrícolas ficou para os tratores, cujas vendas venderam caíram para 3.245 unidades, 10,5% menos do que em agosto.

Nesse mesmo período, as vendas de colheitadeiras atingiram 309 unidades, 14% mais. A situação do setor que fornece máquinas agrícolas é ainda mais complicada quando se olha para os dados acumulados do ano.

Até setembro, as vendas internas de tratores de rodas somaram 30,9 mil unidades, 28% menos do que o total vendido em igual período do ano passado.

As colheitadeiras, mesmo com o aumento de vendas no mês passado, também têm grande perda na comercialização deste ano. Foram vendidas 2.925 unidades nos nove primeiros meses do ano, 34,8% menos do que no mesmo período de 2014.

A retração no setor era esperada, uma vez que as vendas foram aquecidas nos últimos dois anos e os produtores fizeram uma intensa renovação da frota. A intensidade da queda, no entanto, está acima do esperado pelo setor.

A queda nas vendas, e conseqüentemente na produção de máquinas, afeta também o mercado de trabalho nas indústrias do setor.

Em setembro, a indústria de máquinas agrícolas e rodoviária empregava 15,9 mil trabalhadores, um número 18% inferior ao do mesmo mês do ano passado.

Nesse mesmo período, a desaceleração do emprego na indústria automobilística teve intensidade bem menor, com queda de 8%.

**Queimadas** Desde 2006, pelo menos 7,2 milhões de hectares de cana-de-açúcar deixaram de ser queimados com a implantação do Protocolo Ambiental do Setor Sucroenergético.

**Poluentes** Essa parceria entre o setor sucroenergético e o governo paulista resultou na não emissão de 26,7 milhões de toneladas de poluentes e de 4,4 milhões de toneladas de gases de efeito estufa.

**Relatório** Será apresentado nesta quarta-feira (7), no Instituto de Economia Agrícola, um relatório com esses e outros resultados obtidos pela parceria, inclusive os referentes às recuperações de áreas florestais.

## Acordo histórico

07/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Fechado na segunda-feira (5) por 12 países, o Tratado Transpacífico (TTP) tem um histórico significado econômico e geopolítico. Maior iniciativa de liberalização comercial em 20 anos, abrangendo 40% da economia mundial, a parceria corrobora, além disso, a estratégia americana de disputar com a China influência na Ásia.

Surge uma zona econômica integrada por EUA, Japão, Canadá, México, Chile, Peru, Austrália, Nova Zelândia, Cingapura, Malásia, Vietnã e Brunei, com redução de barreiras e harmonização de regulamentos em campos tão diversos quanto alimentos, tecnologia, bens industriais, patentes e serviços.

Mais que redução de tarifas, o impacto essencial do acordo, ainda por ser ratificado pelos signatários, se dá em áreas como a definição de normas técnicas, de grande importância estratégica.

Especialmente no caso de artigos de alta tecnologia, quem estiver alinhado aos parâmetros definidos, ou estiver em posição de fixá-los a partir de pesquisa pioneira e propriedade intelectual, terá mercado e royalties assegurados.

Dito de outra maneira, busca-se garantir que os próprios padrões, não os dos concorrentes, se tornem dominantes. Quem estiver de fora acabará por perder compradores para seus produtos.

Adicionalmente, o TTP aponta para o futuro ao estabelecer exigências nas áreas social e ambiental, numa iniciativa pioneira. Há também cláusulas relacionadas a direitos trabalhistas e restrições ao tráfico de animais e à pesca predatória, entre outras.

São regras que podem, contudo, gerar prejuízo aos membros emergentes do tratado. As normas podem ajudar a catalisar reformas modernizadoras, mas também servir a grupos de pressão nos países ricos, como sindicatos interessados em bloquear a concorrência.



Quanto ao Brasil, o acordo, além de evidenciar nosso atraso, traz riscos para as exportações. No comércio agrícola entre os parceiros, que movimentam cerca de US\$ 300 bilhões anuais, o acesso brasileiro pode ser prejudicado.

Nos últimos anos, enquanto o país se fechava ao comércio global em uma estratégia protecionista anacrônica, tomou corpo uma miríade de acordos bilaterais e regionais firmados à revelia do multilateralismo preconizado pela Organização Mundial do Comércio, que por ora agoniza.

Urge que o país abandone a paralisia e defina uma estratégia efetiva de integração global. Um bom início seria que o Mercosul deixasse de ser uma união aduaneira, em que todos os membros adotam tarifas comuns para importados de outras regiões, e passasse a operar como zona de livre comércio.


## Indústria automobilística da China e Coreia perde com acordo da TPP


07/10/2015 – Fonte: The Wall Street Journal


### Quem ganha e quem perde


Montadoras japonesas e fabricantes de roupas do Vietnã estão entre os que têm a ganhar com o acordo

#### Vencedores da TPP


 **Montadoras japonesas:** A Toyota e a Fuji Heavy Industries, fabricante do Subaru, tendem a ganhar com o fim das tarifas sobre autopeças nos EUA; a taxa sobre carros só acabará totalmente em 25 anos

 **Confeções do Vietnã:** Fabricantes de têxteis e de roupas com fábricas no Vietnã devem poder enviar mercadorias do país para outros membros da TPP pagando tarifas favoráveis


 **Refinadoras de açúcar da Austrália:** Pode ser um doce tratado para refinadoras de açúcar na Austrália, como a Wilmar International e a Mackay Sugar, já que os EUA abrirão um pouco seu mercado


 **Produtores de óleo de palma da Malásia:** Firms como a JM Plantations devem elevar suas vendas para outros países da TPP, pois pagarão tarifas menores que suas rivais da Indonésia, que não faz parte da TPP

#### Perdedores da TPP

 **Laticínios:** Exportadores de leite — inclusive a líder mundial Fonterra, da Nova Zelândia — ganharam apenas limitadas concessões nos mercados dos EUA e do Canadá

 **Produtores de arroz do Japão:** Já às voltas com os menores preços domésticos em décadas e a queda no consumo, os produtores de arroz do Japão vão enfrentar uma pequena alta na cota de importação

 **Montadoras sul-coreanas:** A Hyundai Motor e a Kia Motors (da Coreia do Sul, que não está na TPP) devem ter mais dificuldade no mercado dos EUA à medida que rivais japonesas se beneficiarem da redução gradual das tarifas sobre automóveis

 **Fabricantes chineses:** Já enfrentando a alta no custo da mão de obra, indústrias com operações na China podem perder competitividade ante aquelas que operam nos países da TPP, que poderão exportar para os EUA pagando menos impostos

Fontes: as empresas, reportagem do WSJ

THE WALL STREET JOURNAL.

As montadoras japonesas e algumas empresas de eletrônicos, assim como de vestuário com fábricas no Vietnã, devem se beneficiar do abrangente acordo comercial assinado esta semana para reduzir impostos entre 12 nações do Pacífico, incluindo os Estados Unidos.

Mas as montadoras e as fabricantes de autopeças na Coreia do Sul e na China — países que não assinaram a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) — só têm a perder com a iniciativa. As cotações de algumas das ações dessas empresas caíram ontem, diante de preocupações sobre o impacto deste acordo histórico.

A indústria automobilística japonesa saudou o acordo comercial, que deve eliminar progressivamente, ao longo de 25 anos, o imposto de 2,5% que os EUA cobra sobre os carros importados, beneficiando companhias como a Toyota Motor Corp. e a Subaru, parte da Fuji Heavy Industries Ltd.

O acordo também vai eliminar a tarifa de 2,5% sobre várias autopeças quando entrar em vigor. Negociadores dos EUA, Japão e 10 outros países fecharam o acordo na segunda-feira, em Atlanta, depois de um fim de semana de intensas negociações.

O acordo da TPP ainda não está concluído. Cada país deve ratificá-lo formalmente com seus legisladores, o que é um caminho complicado para alguns signatários, incluindo os EUA.

O acordo "criará uma estrutura para a parceria econômica com mercados muito importantes para a indústria automobilística que não são cobertos pelas parcerias econômicas existentes no Japão, como os EUA e o Canadá", disse ontem Fumihiko Ike, presidente da Associação dos Fabricantes de Automóveis do Japão.

Embora montadoras concorrentes dos EUA, como a Ford Motor Co., tenham se oposto ao acordo, analistas dizem que elas não devem ser um obstáculo para as montadoras japonesas porque as tarifas americanas sobre carros e peças já são relativamente baixas e o período para acabar com elas é relativamente longo.

O imposto dos EUA de 25% sobre caminhões importados, incluindo picapes e vans comerciais, continuará em vigor por 30 anos, segundo uma autoridade sênior dos EUA.

As montadoras japonesas já mudaram sua produção agressivamente, procurando evitar impostos, proteger-se de flutuações cambiais e reduzir as suas cadeias de fornecedores.

Em dezembro, as montadoras japonesas tinham 26 fábricas de montagem nos EUA, de acordo com a associação dos fabricantes, que afirma que mais de 70% dos veículos de marca japonesa vendidos nos EUA são montados na América do Norte.

A Canon Inc., do Japão, importante fabricante de câmeras digitais e impressoras de escritórios, informou que espera se beneficiar da TPP porque ela vai eliminar tarifas de produtos que não são cobertos pelos acordos comerciais internacionais existentes.

As empresas com bases de produção no Vietnã, como fabricantes de roupas e tecidos, provavelmente se beneficiarão das poucas barreiras comerciais para seus produtos, dizem analistas. As ações de algumas dessas empresas dispararam ontem, diante da expectativa da eliminação ou redução dos impostos.

As ações da coreana Hansae Co., cujas fábricas no Vietnã respondem por 60% da produção total, subiram 4,1%. As ações da Pan-Pacific Co., que tem metade da sua produção feita no Vietnã, tiveram alta de 4,3%. Uma porta-voz da Hansae não quis comentar sobre o possível impacto do acordo nas operações da empresa. Executivos da Pan-Pacific não estavam disponíveis imediatamente para comentar.

As ações das montadoras e das fabricantes de autopeças coreanas, porém, caíram ontem porque os investidores ficaram preocupados que a exclusão da Coreia do Sul do acordo possa afetar a competitividade das empresas ao mesmo tempo em que beneficia as rivais japonesas.

"A notícia é ruim para as empresas coreanas", diz o analista Ma Ju-ok, da Kiwoom Securities. "As montadoras coreanas usufruíram de vantagens tarifárias quando elas exportaram carros para os EUA através de um acordo bilateral. O acordo da TPP significa que as montadoras japonesas agora terão as mesmas taxas de impostos, ou similares, para as suas exportações para os EUA."

As ações da Hyundai Motor Co. fecharam o dia de ontem em queda de 3,7%, o nível mais baixo das últimas três semanas, enquanto as da Kia Motors Corp recuaram 3,2%. A fabricante de autopeças Hyundai Mobis registrou queda de 0,9% no valor de suas ações.

A Coreia do Sul, uma economia que depende das exportações, tem acordos de livre comércio com 10 dos 12 países que fazem parte da TPP, incluindo os EUA. Embora a Coreia tenha expressado interesse em participar da TPP, ela tem priorizado negociações bilaterais de livre comércio, incluindo um acordo no ano passado para um acordo de livre comércio com a China.

Segundo analistas, gigantes coreanas do setor de tecnologia, como a Samsung Electronics Co. e a LG Electronics Inc., têm exportado bens de consumo e peças eletrônicas para

mercados importantes sem muitas barreiras tarifárias graças a acordos de livre comércio com esses países que reduzirão qualquer impacto negativo da exclusão inicial da Coreia da TPP.

Na China, fabricantes de autopeças podem ser afetadas pelo acordo, diz Zhang Junyi, sócio da Roland Berger Strategy Consultants. No longo prazo, o acordo comercial pode afetar as exportações da China de produtos que exigem intensa mão de obra, como pneus e vidro.

Com a redução das tarifas entre os membros da TPP, as empresas de autopeças da China podem se forçadas a realocar suas fábricas para áreas de baixo custo do Sudeste Asiático como o Vietnã, diz Zhang. Isso também pode incentivar mais fabricantes de autopeças a instalar operações nos EUA.

Mas Chen Yang, porta-voz da Ningbo Joyson Electronic Corp., que fabrica sistemas de controle de temperatura para automóveis, afirma que a TPP não afetará os negócios da empresa porque ela já produz parte dos seus produtos fora da China.

“Nossas operações no exterior contribuem com quase 70% da receita da empresa. As peças feitas da China são vendidas principalmente dentro da própria China”, diz.

(Colaboraram Rose Yu, de Xangai, Brian Spegele e Kersten Zhang, de Pequim, Min-Jeong Lee, de Seul, e Juro Osaw, de Hong Kong.)

## **Land Rover revela primeiro SUV conversível do mundo**

07/10/2015 – Fonte: Época Negócios



A montadora britânica Jaguar Land Rover revelou nesta semana a versão conversível de seu Range Rover Evoque, um dos veículos que dominam a categoria de SUVs de luxo ao redor do mundo.

Anunciado em março, o modelo teve seus primeiros detalhes exibidos em um vídeo da empresa. O Evoque Convertible final será apresentado no Salão do Automóvel de Los Angeles, no mês que vem, e chega às concessionárias no segundo trimestre de 2016.

O novo carro é uma espécie de resposta da Land Rover às mudanças que vem atingindo o mercado de automóveis de luxo nos últimos anos, especialmente no caso dos SUVs.

Embora mantenha a liderança do segmento, o Evoque precisa buscar novos nichos de mercados para fazer frente aos novos players que chegam à área, como a Bentley. Um SUV conversível não é apenas um novo modelo – ele cria todo um novo segmento de mercado.

O primeiro SUV conversível do mundo mantém intactas as capacidades do modelo de trafegar por todos os terrenos, ainda que pouco consumidores façam uso pleno da capacidade da tração 4x4. Embora ainda haja poucos detalhes técnicos divulgados sobre o

carro, sabe-se que a capota será de tecido e acionada por comandos elétricos. O motor será de um novo tipo desenvolvido em conjunto com a Jaguar.

O Evoque Convertible também poderá passar por riachos e trechos de água com meio metro de profundidade, usando uma tecnologia que informa o motorista sobre quanto do veículo está submerso.

Também haverá um sistema automático que, no caso de acidentes com capotamento, irá erguer um santantonio de metal para proteger a cabeça do motorista e dos passageiros. O preço do veículo ainda não foi informado pela Jaguar Land Rover.

## **Inflação oficial desacelera em setembro e acumula 9,49% em 12 meses**

07/10/2015 – Fonte: R7



A inflação oficial, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou em setembro e acumula alta de 9,49% nos últimos 12 meses. Isso é um pouco abaixo dos 9,53% referentes aos 12 meses imediatamente anteriores, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (7).

Apenas no mês de setembro, a inflação ficou em 0,54%, 0,32 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de 0,22% registrada no mês de agosto. Em setembro de 2014, o IPCA havia registrado 0,57%.

Com o acumulado no ano em 7,64%, bem acima dos 4,61% de igual período de 2014, constitui-se no mais elevado IPCA acumulado no período de janeiro a setembro, desde 2003, quando atingiu 8,05%.

Importante na despesa das famílias, o botijão de gás, com peso de 1,07% nos cálculos do IPCA, liderou o ranking das principais contribuições e, com 0,14 p.p. respondeu por 26% do índice, cerca de um quarto. Com a alta do gás, Habitação (1,30%) ficou com o mais elevado resultado entre os grupos.

O gás liquefeito de petróleo para uso residencial ficou 12,98% mais caro nos pontos de distribuição ao consumidor, percentual inferior ao reajuste de 15% autorizado pela Petrobras nas refinarias, com vigência a partir do dia primeiro de setembro.

Enquanto em algumas regiões pesquisadas o preço do produto aumentou bem menos do que o reajuste concedido, a exemplo do Rio de Janeiro, que ficou em 9,49%, em outras o preço superou em muito o reajuste.

É o caso de Vitória, onde atingiu 20,08%, Goiânia, 19,68%, e Brasília, 19,23%. O preço do gás acumula 17,56% neste ano, indo dos 9,03% de Campo Grande até os 23,91% de Curitiba.

No grupo Habitação, cabe ressaltar, também, a variação de 1,48% na taxa de água e esgoto, tendo em vista aumentos ocorridos nas contas das seguintes regiões:

— **Curitiba:** aumento de 7%, refletindo o reajuste de 8,00% em vigor desde 1º de setembro;

— São Paulo: aumento de 3,23%, mostrando menor intensidade do efeito do Programa de Incentivo à redução de consumo de água;

— Vitória: aumento de 3,09%, reflexo do reajuste de 10,69% desde 08 de agosto;

— Rio de Janeiro: aumento de 0,63%, complementando o reajuste de 9,98%, em vigor desde o dia 1º de agosto.

Ainda em Habitação, aluguel residencial (0,59%), condomínio (0,45%) e energia elétrica (0,28%), itens de peso no consumo, exerceram pressão sobre o índice.

No caso da energia elétrica, a variação de 0,28% é explicada, em parte, por Brasília, onde as contas aumentaram 11,70%, em razão do reajuste de 18,26% nas tarifas em vigor a partir de 26 de agosto.

Em Goiânia, o aumento de 2,61% refletiu parcela do reajuste de 6,71%, de 12 de setembro. Nas demais regiões, os resultados oscilaram em função do PIS/COFINS, além da redução de 18% no valor da bandeira vermelha, que passou de R\$ 5,50 para R\$ 4,50, a cada 100 quilowatts-hora (KWh) consumidos, a partir de 1º de setembro.

### **Transporte**

Observa-se que, em contraposição ao mês anterior, quando a variação foi -0,27%, os Transportes subiram para 0,71%. Isto por conta das passagens aéreas que, em setembro, aumentaram 23,13%.

A respeito das tarifas dos ônibus urbanos, item que corresponde a 2,59% da despesa das famílias, a variação foi 0,10%. Este resultado foi influenciado por Brasília, cujo aumento foi de 8,33%, tendo em vista o reajuste de 33,34% em vigor a partir do dia 20 de setembro.

Já em Belo Horizonte, houve queda de 0,90%, dado que o reajuste de 9,68% de 08 de agosto foi revogado em 17 de setembro, em cumprimento à liminar concedida no dia 14 de setembro.

Quanto aos ônibus intermunicipais, a variação de 0,57% deve-se ao aumento de 6,19% em Porto Alegre, que refletiu o reajuste de 10,00%, em vigor a partir do dia 16 de setembro e em Goiânia (2,38%), que captou o restante do reajuste de 7,14%, em vigor desde o dia 1º de agosto.

### **Outros grupos**

Os grupos Vestuário (0,50%) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,55%) apresentaram resultados próximos, destacando-se, no primeiro, o item calçados, com alta de 0,78% e, no segundo, o item plano de saúde, com 1,06%.

Assim como os artigos de Vestuário (0,50%), os demais grupos vieram com variações inferiores à taxa de 0,54% registrada no IPCA do mês, sendo Comunicação (0,01%) o mais baixo.

Quanto a Alimentos, o aumento foi de 0,24%. Daqueles consumidos em casa, os preços apresentaram-se com pequena queda, de -0,05%. Consumidos fora do domicílio, o aumento foi de 0,77%. Entre altas e quedas, destacam-se a batata-inglesa, 7,26% mais cara, e a cebola, que ficou 18,85% mais barata, de agosto para setembro.

Dentre os índices regionais, o maior ficou com Brasília (1,25%), em razão da alta de 11,70% nas contas de energia elétrica, que refletiu o reajuste de 18,26% nas tarifas em vigor desde o dia 26 de agosto.

O resultado de 22,83% das passagens aéreas também influenciou o índice do mês, além da alta de 8,33% no item ônibus urbano, cujas tarifas foram reajustadas em 33,34%, a partir de 20 de setembro.

O menor índice foi registrado em Campo Grande (-0,28%), onde a energia elétrica apresentou queda de 6,80%, devido à redução nas alíquotas de PIS/COFINS. Houve queda, também, nos preços dos combustíveis (-3,20%). O litro da gasolina ficou 3,23% mais barato e o do etanol, 7,97%.

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e Brasília.

Para cálculo do índice do mês foram comparados os preços coletados no período de 28 de agosto a 28 de setembro de 2015 (referência) com os preços vigentes no período de 30 de julho a 27 de agosto de 2015 (base).

## **Sasazaki anuncia novo CEO**

07/10/2015 – Fonte: Segs

Francisco Carlos Verza ingressa na empresa de portas e janelas de aço e alumínio e Leonardo Sasazaki acompanhará a transição até sua consolidação.

Com foco nas melhores práticas de governança corporativa e na transparência de suas relações, a Sasazaki – líder do segmento de portas e janelas de aço e alumínio – anunciou na quinta-feira, 1º de outubro, seu novo CEO (Chief Executive Officer): Francisco Carlos Verza.

O executivo substituirá Leonardo Kozo Sasazaki, que atuou como presidente da empresa desde 2012 e que fará a transição gradual até sua consolidação. Depois, Leonardo se mantém apenas na presidência do Conselho de Administração.

Há mais de um ano, a indústria planejava a contratação de um novo CEO, processo mantido e enfatizado após o falecimento prematuro da presidente do Conselho de Administração, Celi Chiemi Sasazaki, ocorrido no segundo semestre de 2014. Ela foi substituída por Leonardo Sasazaki, que acumulou duas funções desde então.

O Conselho de Administração da Sasazaki aprovou a nomeação do CEO, levando em conta o conhecimento e a experiência profissional do executivo no mercado de material de construção, na área de tintas imobiliárias e industriais. Verza fez sólida carreira na BASF, na qual atuou como vice-presidente da Divisão de Proteção de Cultivos Brasil e vice-presidente para Europa da Divisão de Tintas (Suvinil e Glasurit).

### **Compromisso com clientes e consumidores**

Com a contratação, a Sasazaki segue como uma empresa de controle familiar com gestão profissionalizada, processo iniciado em 2010. A consolidação do modelo atual de negócio, o crescimento sustentável da indústria e as ações de fortalecimento da empresa no mercado nacional estão entre os principais compromissos e metas do CEO.

"Somos conhecidos por oferecer produtos inovadores e serviços de qualidade. No Brasil, são poucos os exemplos de empresas que passam dos 70 anos de atuação no mercado sem se unir a grupos internacionais para sobreviver e esse é o nosso caso. A Sasazaki está preparada para ganhar ainda mais agilidade, ser uma empresa dinâmica para

fortalecer e colaborar com o crescimento do setor de materiais de construção", comenta Leonardo Sasazaki. Segundo ele, o cenário atual do país é bastante desafiador e exige uma visão de liderança consciente, aliada ao fortalecimento da relação com clientes e consumidores.

"A Sasazaki conduz suas ações estratégicas para o melhor desenvolvimento da cadeia de valor como um todo, tendo como foco a visão dos clientes para o desenvolvimento de cada lançamento de produto ou novo serviço que propõe."

"Por isso, já estávamos em busca de um profissional para conduzir a marca nos próximos anos, tendo como compromisso oferecer inovação ao mercado e fortalecer o movimento de modernização da empresa para o sucesso da organização. Encontramos no Francisco Carlos Verza as características que procurávamos, principalmente o conhecimento e o alinhamento à cultura e aos valores da companhia", completa Leonardo Sasazaki.

### **Perfil Sasazaki**

Fundada em 1943, a Sasazaki conta hoje com 1.100 funcionários e um parque industrial com tecnologia própria, instalado em 78 mil m<sup>2</sup> de área construída e localizada em Marília, cidade do interior do Estado de São Paulo.

Realiza altos investimentos em tecnologia, é considerada a empresa de portas e janelas de aço e alumínio que mais lança inovações, sendo a primeira do setor de esquadrias metálicas a obter a certificação NBR ISO 9001, pelo seu Sistema de Gestão da Qualidade.

A Sasazaki desenvolve esquadrias a partir das necessidades de mercado e as projeta para proporcionar segurança, conforto e design, ofertando as melhores soluções para diferentes públicos.

Atenta às mudanças e tendências de mercado, cada uma das seis linhas de produtos da empresa atende a um público específico: as linhas de aço Belfort e Silenfort trazem portas e janelas que permitem a personalização de pintura e vidro; já nas versões prontas para instalação, com pintura de acabamento e vidros, a empresa dispõe da linha de aço Prátika e das linhas de alumínio Aluminium, Alumifort e Alumifit.

Com este portfólio, a Sasazaki tem opções para valorizar todos os tipos de imóveis e proporcionar bem-estar e conforto aos usuários de seus produtos. A liderança nacional da marca no segmento, a preferência e o reconhecimento técnico do nível de excelência dos seus processos industriais são confirmados por arquitetos, engenheiros, construtores, lojistas e consumidores em todas as pesquisas realizadas pelo setor de construção civil.

## **Rio Tinto e BHP têm retorno progressivo para os acionistas**

07/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

A queda nos preços das commodities vem tirando receita das mineradoras e obrigando as empresas do setor a reduzir custos, aumentar a produtividade e administrar melhor o capital de giro. Mas embora as estratégias das mineradoras para enfrentar a crise sejam parecidas há também diferenças marcantes.

Uma delas está na política de dividendos pagos aos acionistas pelas três maiores empresas da indústria mineral no mundo: a brasileira Vale e as anglo-australianas Rio Tinto e BHP Billiton.

A estratégia da Vale passa por analisar o fluxo de caixa da companhia e o balanço contábil antes de definir o montante dos dividendos. Rio Tinto e BHP Billiton mantêm uma política de dividendos "progressivos" cujo espírito é aumentar o valor em dólares dos dividendos por ação.

A Rio Tinto aumentou em 12% o valor do dividendo por ação na primeira metade de 2015 sobre igual período de 2014. A mineradora retornou US\$ 3,2 bilhões aos acionistas no primeiro semestre e no fechamento de 2015 terá distribuído um total de US\$ 6,1 bilhões.

O número inclui US\$ 4,1 bilhões em dividendos e US\$ 2 bilhões em recompra de ações feita com base nos fluxos de caixa de 2014. A BHP Billiton pagou dividendos de US\$ 6,59 bilhões no ano fiscal de 2015, encerrado em 30 de junho, um pouco acima dos US\$ 6,44 bilhões pagos no ano fiscal de 2014.

"A escolha da política de dividendos é para a empresa um trade-off", diz Paulo Carvalho, consultor da CRU

A Vale deve pagar US\$ 1,5 bilhão em dividendos em 2015 depois de ter proposto cortar US\$ 500 milhões dos dividendos previstos para o ano. A medida refletiu um cenário mais incerto para os preços das commodities minerais.

A nova proposta da Vale ainda precisará ser aprovada pelo conselho de administração da empresa. Mas foi bem recebida pelo mercado uma vez que reforçou o compromisso com a disciplina de capital. Será a primeira vez desde 2003 que a Vale deve pagar dividendo inferior ao mínimo anunciado, segundo o Credit Suisse.

Mesmo assim, o retorno sobre o preço das ações é o mais atrativo desde 2003. O banco previu um retorno de 7% este ano, ante 5,9% em 2014 e 3,9% em 2013. Em 2016, a companhia pode não pagar dividendos aos acionistas ou desembolsar um valor "simbólico", dizem analistas.

Fontes no mercado avaliam que há outra diferença entre a Vale e as australianas. A Vale ainda está comprometida com um agressivo programa de investimentos, que pode demandar cerca de US\$ 8 bilhões este ano. Rio Tinto e BHP consolidaram projetos de expansão e não estão em uma fase de investimento tão forte quanto a Vale.

Os presidentes das duas mineradoras australianas têm reiterado publicamente seu compromisso com dividendos progressivos. Em agosto, o presidente-executivo da Rio Tinto, Sam Walsh, disse que o baixo nível de dívida líquida da companhia permite manter os compromissos em termos de retorno de capital aos acionistas.

O presidente da BHP Billiton, Andrew Mackenzie, também reafirmou a estratégia da companhia com dividendos progressivos: "Este é um compromisso que tem resistido a muitos ciclos anteriores e continua a ser um diferencial importante em relação aos nossos pares", disse Mackenzie, em agosto.

A distribuição de US\$ 6,5 bilhões em dividendos pela BHP Billiton no ano fiscal de 2015 foi superior ao lucro de US\$ 1,9 bilhão do exercício, disse Paulo Vitor Carvalho, economista e consultor de commodities da consultora CRU International. "Percebemos crescente insatisfação de investidores com a manutenção desses desequilíbrios e dessas políticas por empresas mineradoras."

Empresas que optam pela política de dividendos progressivos buscam garantir um pagamento periódico mínimo, que pode aumentar caso o lucro por ação no exercício também aumente, diz Carvalho.

A lógica é que esse dividendo não diminua caso o lucro caia. "Para que isso seja possível e sustentável ao longo do tempo, a empresa tem que se abster de aumentar substancialmente pagamentos de dividendos em anos de ótimos resultados, deixando de retornar capital aos acionistas, para não criar compromissos difíceis de serem cumpridos nos anos seguintes caso os resultados piores."



Na política de dividendos variáveis, a empresa persegue uma distribuição que será máxima em anos de bonança. Mas passível de ser reduzida em anos de contração. "A escolha da política de dividendos é para a empresa um trade-off, e não há um tipo que seja melhor ou superior a outro", disse Carvalho.

O que existe são preferências dos acionistas. Políticas de dividendo progressivo são comuns no mercado acionário americano entre acionistas individuais, disse Carvalho. É um segmento composto por aposentados que buscam renda estável e previsível na alocação de seus planos previdenciários, o tipo de vantagem que dividendos progressivos buscam oferecer.

As empresas também se beneficiam pois veem aposentados como investidores de longo prazo, com menor propensão a se desfazerem de suas posições do que outros tipos de investidores financeiros. Por outro lado, políticas de dividendo variável tendem a ser preferidas por investidores qualificados e institucionais que se especializam em commodities e buscam, na alocação de seus recursos, uma exposição ao ciclo de preços das commodities.

Está evidente no momento que a capacidade das mineradoras de manter as promessas e satisfazer as expectativas de acionistas e investidores é menor do que de companhias em outros setores.

"Na nossa opinião, para que políticas de dividendo progressivos sejam adequadas para grandes mineradoras, é preciso que elas [as empresas] aumentem seu endividamento enfraquecendo seu balanço, se beneficiem de um improvável aumento de preços das commodities ou ampliem seus cortes de custos para se manter nos primeiros quartis da curva de custo da indústria."

## **Indicadores Conjunturais: Resultados de Agosto de 2015**

07/10/2015 – Fonte: Sistema FIEP

### **Vendas Industriais**

O resultado de janeiro a agosto de 2015 apresentou desempenho negativo de -6,21% na comparação com o mesmo período de 2014.

Quando comparado agosto com o mês anterior, verifica-se acréscimo de +8,47%. Analisando o desempenho por destino, também contra o mês anterior, houve aumento nas vendas no Paraná (+17,79%), nas vendas para outros Estados (+1,58%) e nas vendas para o exterior (+5,53%).

Para ler a análise de conjuntura completa: [Clique Aqui](#).

## **JCA fecha encomenda do ano da Scania**

07/10/2015 – Fonte: Dana: Canal da Indústria Automotiva

Num momento em que as companhias de transporte coletivo seguram investimentos em frota e o governo, um dos principais clientes, corta drasticamente as compras, a encomenda de uma das maiores operadoras de transporte por rodovias do país deu um fresco para a Scania e a Mercedes-Benz. Juntas, as duas montadoras receberam pedidos de 195 ônibus, num montante próximo de R\$ 100 milhões, do grupo JCA, dono de empresas de viação como Cometa, 1001 e Catarinense.

O maior volume, de 112 coletivos, ficou com a Mercedes, segundo informações da JCA. Já a Scania levou a encomenda de 83 ônibus rodoviários, que, devido ao maior nível de equipamentos e tecnologia embarcada, são os mais caros. Por isso, apesar do número

inferior, o contrato arrematado pela marca sueca tem valor maior, somando aproximadamente R\$ 60 milhões. "Essa compra representa 20% do que faturamos até agora neste ano", diz Silvio Munhoz, diretor de vendas de ônibus da Scania no Brasil. Segundo ele, a JCA foi a primeira frotista a fechar um grande negócio com a marca passados nove meses do ano.

Números da Fenabreve, entidade que representa as concessionárias de veículos, mostram que as vendas de ônibus no país caíram 29,2% entre janeiro e setembro, comparativamente ao mesmo período de 2014. Parte desse desempenho negativo se deve à redução nas encomendas de ônibus escolares pelo governo federal. Outra parte está ligada a incertezas sobre a economia e desaceleração da demanda por transporte, sobretudo no turismo de negócios.

No caso da JCA, as compras fazem parte de um pesado investimento feito desde 2012 para reduzir a 3 anos a idade média da frota do grupo, que antes disso estava em cinco anos. Ainda assim, a companhia teve que reduzir a velocidade de substituição dos veículos. A companhia, que vinha renovando de 10% a 15% da frota a cada ano, reduziu esse percentual para 7%.

"Estamos apertando onde podemos apertar", diz Marcelo Antunes, conselheiro da JCA. De acordo com o executivo, um dos inibidores das compras foi o aumento das taxas de juros cobradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) após a retirada de subsídios do Tesouro, um reflexo do ajuste fiscal.

As encomendas da JCA à Scania, feitas no primeiro semestre, já foram entregues. Os veículos serão usados em linhas operadas por três das seis empresas de transporte de passageiros do grupo: 1001, Expresso do Sul e Rápido Ribeirão Preto. Dos 83 veículos, o maior lote - de 69 ônibus - foi para a 1001.

## **O Brasil está fadado a ser exportador de commodities?**

07/10/2015 – Fonte: Agência FIEP



Redução da burocracia e maior incentivo ao setor produtivo por parte do governo. Esse foi o tom do 1º Sul for Export, evento que reuniu as empresas exportadoras destaque da região Sul do país na última sexta-feira (2) na Fiesc, em Florianópolis.

O fórum, uma iniciativa do Instituto e Revista AMANHÃ em parceria com as federações do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, apresentou uma série de palestras com especialistas e autoridades com o objetivo de identificar soluções para impulsionar os números no segmento.

O painel "Indústria Brasileira: inovar para competir" reuniu os representantes das federações das indústrias do Sul e trouxe duras críticas. Segundo o presidente da Fiergs, Heitor Müller, o Brasil, apesar de ser a 7ª economia do mundo, está em 75º lugar nas exportações, participando com apenas 1,2% no mercado estrangeiro.

“Já passamos por muitas crises, mas, hoje, vivemos uma crise política, econômica, de credibilidade, moral e ética. O final desses desdobramentos causa muita preocupação para o futuro do país e exige uma constante reinvenção por parte das empresas”.

Müller informou que as indústrias investiram cerca de R\$ 100 bilhões para seguir exigências de segurança, trabalhistas, de acessibilidade e regras ambientais.

“Aqui no Brasil, ao contrário dos demais países, não se incentiva nem valoriza os empresários. É o consumidor quem paga e, por isso, não queremos que aumentem os impostos”, reivindicou.

“Como vamos falar em cadeia global se não nos entendemos nem com os vizinhos?”, questionou o vice-presidente da Fiep, Paulo Pupo, referindo-se aos acordos com os países do Mercosul. “Estamos fadados a ser exportadores de commodities?”, provocou. “Quem deve inovar e muito neste momento é o governo. Os exportadores não aguentam mais pagar essa conta. Temos que nos descolar dessa paralisia política”, afirmou.

Para o vice-presidente da Fiesc, Mario Cesar de Aguiar, o diagnóstico do empresariado é muito compreensível. “É consenso que a burocracia precisa ser reduzida. Além disso, o Brasil investe pouco em infraestrutura e isso interfere diretamente na competitividade. Nesse sentido, o Sul pode unir suas competências para fortalecer a região”.

A presidente da Câmara de Comércio Exterior da Fiesc, Maria Teresa Bustamante, defendeu a constante aposta no desenvolvimento. “O conceito de inovação não deve ser visto apenas com produtos novos. Ele deve se antecipar e descobrir de que maneira aquilo que já existe pode ser aperfeiçoado para atender a novas demandas”, argumentou.

**Oportunidades x barreiras** – Segundo o Banco Mundial, o sistema brasileiro tem a maior carga tributária entre os Brics e emergentes. Aqui, se paga 37% em impostos, enquanto que, na China, o valor é de 20%.

Na América Latina, todos estão abaixo: Uruguai 26,5%, Chile 22%, Colômbia 19% e Peru 17%. “Isso acontece, em partes, pois o Brasil tem 5,5 mil municípios que, dia a dia, criam regras”, declarou o sócio da Carvalho, Machado, Timm e Luz Advogados, Cristiano Carvalho, no painel “Oportunidades e barreiras para as exportações”.

“O relatório do Banco Mundial aponta que as companhias brasileiras gastam 3.600 horas apenas para cumprir a legislação. Na Bolívia, são 1.025 e, no Vietnã, 871. Além disso, 97,7% das empresas exportadoras necessita utilizar despachantes aduaneiros e 88,7%, cujas exportações respondem por mais da metade do faturamento, são afetadas pela burocracia”, explicou Carvalho.

Seguindo o tom de críticas ao cenário desfavorável, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, disse que, em 2013, foram exportados 1 milhão de veículos, número que caiu para 320 mil no ano passado.

“As peças para produção de um carro em São Paulo custam 18% em tributos, enquanto que, em outros Estados, custam 12%. Com isso, é impossível ter uma competitividade verdadeira, pois esse custo afeta o mercado interno”.

Segundo Moan, a redução da alíquota do Reintegra – programa de benefício aos exportadores – foi um desestímulo, mas, em compensação o acordo governamental com o México aumentou a exportação para aquele país em 60%. “Não existe um momento para exportar. Este deve ser um desafio permanente. O câmbio não é o único problema. As ineficiências estão da porteira para fora, mas não adianta chorar, temos que ir à luta”, ressignou-se.

**Contraponto** – Coube ao secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Carlos Gadelha, representar o governo federal no debate.

Sobre as cadeias globais, o especialista defendeu que não se trata apenas de vender mais, mas sim, de como se inserir em um mercado globalizado. “Temos de importar mais, mas exportar muito mais. Não podemos praticar uma política fragmentada, mas com foco na competitividade”, afirmou.

De acordo com Gadelha, o modelo de desenvolvimento que o governo está colocando na agenda aposta na qualidade da produção. “É fundamental para o Brasil competir na cadeia global.

Exportar mais não é positivo apenas para gerar mais emprego e investimento, mas para a própria competitividade das empresas. O governo está trabalhando duro na modernização do parque industrial brasileiro que tem, em média, 14 anos, enquanto que, na Alemanha, essa média cai para sete”.

O secretário destacou que é preciso sair de uma agenda paralisante a partir de uma estratégia progressiva e finalizou sua participação em tom diplomático. “Nós nunca vamos deixar de estar nos lugares para não ouvir críticas”.

**Premiação** – Após os debates, foi realizada a premiação dos 90 maiores exportadores do Sul divididos em três categorias: Maiores Exportadores, Campeões por Setor e Empresas que Mais Exportaram pelo Sul entre 2012 e 2014. O ranking é elaborado pelo Instituto e Revista AMANHÃ com base nos indicadores oficiais do Mdic. Nomes como Bunge, BRF, Seara e Nidera integram a lista.

Mesmo com a queda de 15,9% nas exportações da região Sul em 2014, algumas empresas expandiram sua participação no mercado externo. O ramo de produtos básicos é o carro-chefe e, impulsionadas pelas boas safras, algumas companhias tiveram destaque – como é o caso da Alibem Alimentos, que viu suas exportações aumentarem 53% no ano passado pelos portos gaúchos.

Entre as dez empresas que apresentaram maior crescimento, oito vêm do setor de alimentos, como as paranaenses Copacol, Coopavel e da Cooperativa Agroindustrial Lar, que aumentou seus embarques em 105%, o que garantiu o primeiro lugar entre as campeãs da expansão internacional no período. Já Santa Catarina foi o único estado da região a crescer, apresentando aumento de 3,4% em comparação aos vizinhos.

## **Países do TPP são 35% da exportação brasileira de manufatura, diz CNI**

07/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

A conclusão do acordo de liberalização comercial entre os 12 países da Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) deve começar a provocar desvio de comércio em favor dos países integrantes do acordo mesmo antes da sua vigência formal, segundo Diego Bonomo, gerente de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Bonomo explica que para o Brasil, haverá grande impacto na corrente de comércio por conta desse desvio. Segundo a CNI, os 12 países do TPP foram origem de US\$ 60 bilhões em importações e US\$ 54 bilhões das exportações brasileiras no ano passado. Os valores equivalem, respectivamente, a 26% da importação brasileira e a 24% das exportações totais do país. Olhando especificamente manufaturados, os 12 países da TPP representaram 26% das importações (US\$ 47 bilhões) e 35% das exportações (US\$ 31 bilhões).

O desvio de comércio, assinala Bonomo, acontecerá não só em produtos industrializados como também básicos. "Os Estados Unidos são um grande produtor agrícola e terão acesso a mercados que ainda não atingimos, como Japão e Vietnã."

"O desvio de comércio será uma consequência natural do acordo, mas seus efeitos devem começar antes mesmo da parceria ser legalmente implementada", diz Bomono.

"Esse avanço faz com que as empresas dos países membros do TPP já passem a dar preferência a parceiros comerciais de regiões que também estão dentro do acordo. Porque isso facilitará as negociações num futuro próximo, já que as tarifas serão mais favoráveis e as condições de comércio também, com a convergência regulatória que esse acordo abrange." Isso se aplica, diz ele, principalmente às grandes empresas, que possuem planos comerciais e de investimentos para os próximos cinco ou dez anos.

Bonomo diz que a conclusão do TPP recoloca na agenda brasileira, de forma urgente, a negociação de novos acordos comerciais ou a ampliação dos já existentes. Isso se aplica a Estados Unidos e México e também a países como Chile e Peru, com quem o Brasil poderia ter vantagem regional, mas que tendem agora a dar prioridade para fornecedores do TPP.

Com esses países o Brasil precisa alargar os acordos já existentes. "No caso do Peru, acelerando o cronograma de desgravação e no caso do Chile, ampliando o acordo de livre comércio com novos temas, incluindo setor de serviços, barreiras técnicas e sanitárias."

O avanço do TPP, diz o gerente da CNI, sem dúvida atrapalha também os planos das empresas brasileiras de elevar embarques aos Estados Unidos com o câmbio a favor e a perspectiva de recuperação da economia americana.

Uma questão importante, diz Bonomo, é que esse grande acordo cria um piso de negociação para eventuais acordos nos quais o Brasil queira participar, com temas como economia digital e cláusulas de convergência regulatória. "São regras de cujas discussões o Brasil não participou, mas que acabarão estabelecendo um padrão de negociação."

## **Sem escala, pequeno terminal de contêiner tende a desaparecer**

07/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

Os terminais brasileiros de contêineres vão passar por um processo de consolidação, em que os pequenos e médios tendem a ser absorvidos ou terão de mudar o perfil da carga. Especialistas ouvidos pelo Valor acreditam que, além do dólar alto, que torna os ativos brasileiros baratos para os estrangeiros, aspectos estruturais da navegação mundial vão catalisar as fusões e aquisições.

O Brasil tem hoje 24 terminais dedicados a contêineres, um universo pulverizado que movimentou 9,2 milhões de Teus (contêiner de 20 pés) em 2014. A título de comparação, o porto holandês de Roterdã, o 12º mais cheio do mundo, escoou sozinho 12,3 milhões de Teus no período.

O primeiro aspecto que deve acelerar a consolidação são os navios cada vez maiores. Com isso, as embarcações atracam em menos instalações, apenas nas maiores e mais eficientes, reduzindo o custo do armador - que é o dono do navio e cliente do terminal.

Essa tendência deve se acelerar na América do Sul a partir de 2016, quando o novo Canal do Panamá será inaugurado. Com as mudanças, o canal poderá receber navios mais extensos, mais largos, com calados maiores e que carregam até 14 mil Teus, cerca do triplo da oferta do navio tipo que passa atualmente.

O segundo aspecto estrutural é a verticalização dos armadores, que vêm incorporando o terminal marítimo como mais um elo da sua cadeia. São embriões desse processo no Brasil o porto de Itapoá (SC), cujo um dos acionistas é a Aliança Administração de Imóveis e Participações, ligada à Aliança Navegação, da Hamburg Süd; a Portonave, cujo sócio TIL serve principalmente o armador MSC ao redor do mundo; e a Brasil Terminal Portuário (BTP), em Santos, que é uma joint venture entre a TIL e a APM Terminals, do mesmo grupo da Maersk Line, maior armador do mundo.

"A consolidação é inevitável. Os terminais brasileiros têm escalas pequenas e muito fragmentadas. Hoje você não vê no mundo um terminal sendo construído com menos de 3 milhões de Teus. Mundialmente o que se vê são grandes grupos que têm vários terminais, porque é possível fazer compartilhamento de recursos, assim como já ocorre na indústria marítima", diz Claudio Loureiro, diretor-executivo do Centronave, que representa os armadores no Brasil.

Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria Internacional de Negócios, diz que a consolidação é um movimento global que ocorre em vários setores para alcançar economia de escala. "É necessário muito recurso para ampliar terminais. Os terminais pequenos já estão se tornando antieconômicos. Tendem a morrer, serem absorvidos ou mudarem e saírem da operação. Os grandes conseguem diluir o investimento no custo fixo, oferecendo preços mais competitivos", diz Frischtak.

Mas ele pondera que apesar de os ativos estarem baratos devido ao dólar alto, os investidores estrangeiros têm muitas restrições, ainda mais após a perda do grau de investimento do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poors.

Na década de 90 o navio tipo que frequentava o Brasil era de 2 mil Teus, hoje é de quase 10 mil Teus

"Investimento em infraestrutura é de longo prazo e esse tipo de investidor se sensibiliza menos com as turbulências temporais", afirma Carlos Lobo, sócio da área de Societário & Fusões e Aquisições do Veirano Advogados. Lobo diz que o setor está aquecido e existe uma "movimentação grande" de operações, seja via aquisição e fusão ou investimento em novas instalações.

O Veirano já participou, neste ano, de três operações envolvendo portos, acima da média do escritório para a área, que geralmente fica entre um e dois negócios anualmente. Uma das negociações envolve a venda de um terminal de contêineres, cujo nome ele não informa.

A crise historicamente precipita alguns negócios. Holdings brasileiras que têm um braço portuário e estão altamente endividadas vão ter de fazer uma escolha - ou reestruturam a dívida ou vendem ativos que não são seu negócio principal. Há no momento pelo menos três grupos passando por essa experiência. A CSN está sondando interessados no Sepetiba Tecon; a EcoRodovias está fazendo o mesmo com o Ecoporto Santos; e a Log-In com o TVV.

"As curvas de capacidade e demanda dos terminais brasileiros estão descoladas, hoje há muito mais capacidade do que demanda de operação. É natural que possa haver consolidação do mercado, da mesma forma que os armadores fizeram joints para encher os navios", afirma Ricardo Arten, diretor-superintendente no Brasil da APM Terminals, empresa que já disse planeja ter uma rede de terminais no país, onde está presente com a BTP, tem um arrendamento em Itajaí (SC) e é o principal operador no terminal de Pecém (CE).

Na década de 90 o navio tipo que frequentava o Brasil era de 2 mil Teus, hoje é de quase 10 mil Teus - ainda longe do padrão dos que atendem os tráfegos mais volumosos, como

entre Ásia e Europa, para os quais estão saindo dos estaleiros embarcações de 20 mil Teus.

Luiz Alves, presidente do Terminal de Contêineres de Paranaguá, afirma que o padrão dos terminais brasileiros é totalmente fora dos mundiais, o que se agrava à medida que os navios ficam maiores. Isto cria um desafio aos investidores, que se questionam se um terminal com capacidade abaixo de 500 mil Teus se paga.

Soma-se a isso o fato de que a capacidade declarada pelos terminais nem sempre corresponde à prática. "Não adianta ter uma grande área se o cais é pequeno e a operação no navio é feita com poucos guindastes", diz um armador que pede sigilo.

Em Santos, onde há seis terminais de contêineres e capacidade ociosa, os dois menores vêm sofrendo mais. A Rodrimar detém 1% dos contêineres do complexo, ante 5% em 2012. Após a perda de serviços regulares, passou a focar mais no nicho de cargas de projeto. O Ecoporto luta para conseguir novos serviços; hoje atende apenas um.

## **Falta de investimento pode prejudicar retomada da produção nas indústrias**

07/10/2015 – Fonte: DCI

A falta de investimento pode ser o principal entrave para a retomada da produção industrial no País, seja para exportar ou para atender a demanda interna, avaliam especialistas ouvidos pelo DCI.

A valorização do dólar frente ao real, um dos principais pleitos dos industriais para garantir a competitividade do produto brasileiro, não tem sido suficiente para que o setor avance.

"O real mais barato pode ajudar alguns setores de imediato, como já está ajudando as exportações na indústria de papel e celulose, química, bebidas e até mesmo automóveis. Mas isso não é suficiente para puxar [uma retomada] do setor e de toda a economia", pondera o professor e economista da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Nelson Marconi.

Ele explica que a melhora da atividade com as vendas para o mercado externo ocorre primeiro nos setores com estrutura produtiva para exportar, mas lembra que muitas empresas dependem de investimentos em modernização para serem competitivas tanto fora do País como no mercado interno.

### **Investimento**

"A indústria brasileira, de maneira geral, ficou muito tempo sem investimento e esses aportes não vêm rápido", pondera Marconi. Por isso, ele avalia que vários setores produtivos não devem apresentar recuperação imediata.

A falta de investimentos no parque fabril nacional é um problema recorrente do setor e mesmo a demanda interna aquecida nos últimos anos não foi suficiente para estimular aportes das indústrias.

"Como o real estava valorizado frente ao dólar, muito dessa demanda do mercado local foi atendida por produtos importados, porque as fabricantes locais não são competitivas", afirma Marconi.

Com a deteriorização do cenário nos últimos meses, os investimentos da indústria vêm recuando mais intensamente. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na última sexta-feira (2), a produção na categoria de bens de capital acumula queda de 22,4% de janeiro a agosto frente ao mesmo período de 2014.

O indicador de bens de capital serve como um termômetro dos aportes no setor industrial, já que mede a produção de máquinas e equipamentos.

As outras grandes categorias avaliadas na PIM também apresentaram queda no acumulado dos oito primeiros meses do ano. A produção de bens de consumo duráveis caiu 14,2%, com destaque para a influência negativa dos setores de automóveis e eletrodomésticos. Já os bens de consumo semi e não duráveis recuaram 7,2% e os bens intermediários registraram perda de 3,7%. No indicador geral, a indústria registrou produção 6,9% menor ante 2014.

"Na medida em que não há investimentos no setor, a própria indústria vai perdendo mais competitividade sobre a capacidade já instalada", observa o economista do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Otto Nogami.

Em sua avaliação, a falta de aportes é resultado de poucos recursos disponíveis nas empresas, mas também da comodidade criada pelas políticas de proteção à indústria, já que as empresas contam com o auxílio do governo para estimular a competitividade.

"Essas políticas acabam não estimulando empresários a investir e, desta forma, a perspectiva para a indústria fica dependente do investimento estrangeiro, que está caindo com o cenário conturbado".

Nogami conta que, sem avançar em competitividade, o Brasil fica restrito ao comércio com países periféricos como Argentina e Paraguai, porque não tem condições de brigar com os concorrentes em mercados mais desenvolvidos.

"O problema é que na competição por mercados menos desenvolvidos, o produto brasileiro enfrenta cada vez mais a disputa com os chineses. Eles, diferente de nós, vêm avançando no desenvolvimento de itens de maior valor agregado a custo competitivo", destaca.

As exceções no setor, pontua ele, são empresas que investiram para ganhar competitividade, sem depender do governo, como a fabricante de bebidas Ambev e a Embraer, referência global em aviação.

### **Mercado interno**

"Na medida em que o mercado doméstico comece a dar sinais de recuperação, o que ainda não aconteceu, a indústria nacional permanece dependente da criação de uma política de longo prazo para o setor", explica Nogami.

Ele acredita que o mapeamento e definição clara dos setores prioritários e maior assertividade do governo na concessão de financiamentos podem ajudar a mudar o quadro de deteriorização da indústria.

"Uma perspectiva mais clara sobre o futuro daria certo alento ao setor produtivo, o que eventualmente pode estimular o empresariado a investir. O problema é que falta vontade política para estabelecer esse programa, porque os desejos políticos são de curto prazo", destaca ele.

## **Indústria paranaense anuncia novo ciclo de expansão dos negócios**

07/10/2015 – Fonte: Ejornais.com

A CarobHouse anuncia a expansão dos negócios e segue com uma projeção otimista de crescimento para este ano. A indústria paranaense, pioneira no Brasil na fabricação de alimentos à base de alfarroba com foco no mercado de alimentação saudável, anuncia a entrada do Fundo de Investimento CRP Empreendedor para dar suporte e impulsionar seu plano de crescimento, por meio da gestão da CRP Participações.



O anúncio, que marca o início de um novo ciclo de expansão da companhia para consolidação no mercado nacional e internacional, será oficializado dia 8 de outubro, na Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), durante um café da manhã para empresários, imprensa e convidados.

O plano de expansão da CarobHouse prevê a contratação de profissionais qualificados para setores estratégicos da empresa, além da ampliação da capacidade fabril e presença da marca no mercado. A participação do Fundo na empresa paranaense visa também promover a implementação da governança corporativa e a profissionalização de gestão.

Localizada em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, a empresa inovou ao introduzir no mercado nacional a alfarroba, uma vagem de origem mediterrânea, como alternativa ao chocolate convencional, só que mais saudável.

O resultado da visão empreendedora do casal Eloisa Helena Orlandi, diretora executiva, e Luiz Carmine Giunti, diretor de P&D, é uma linha de produtos isenta de açúcar, glúten, leite ou qualquer ingrediente de origem animal.

A CarobHouse conta hoje com mais de 30 produtos, como bombons, tabletes, barrinhas de frutas e creme de avelã, com grande aceitação no mercado consumidor de produtos naturais, incluindo também pessoas com restrições alimentares.

As formulações são patenteadas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o que permite à empresa o retorno do seu investimento de 5 anos na pesquisa e desenvolvimento desses produtos.

Segundo Eloisa, uma maior consciência do impacto da alimentação na saúde entre consumidores cada vez mais jovens contribuiu para impulsionar o mercado. Os números atestam o crescimento da empresa. Em 2009, a CarobHouse fabricava 25 quilos por semana de massa de alfarroba. Hoje são produzidas 15 toneladas por mês.

A empresa cresceu acima de 100% nos anos de 2012 e 2013. Em 2014, o incremento nas vendas foi de 70%. "Tivemos um grande crescimento desde 2012 com o suporte do Senai no Paraná, para obter financiamento e ampliar a nossa fábrica. Entendemos que, agora, estamos prontos para dar um novo salto", afirma a empresária.

Em 2014, a CarobHouse participou do III Venture Forum Sul-Brasileiro, iniciativa da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para capacitar e apresentar empresas a investidores de fundos de participação.

Na ocasião, a CRP teve a oportunidade de conhecer o plano de negócios da CarobHouse. "Historicamente participamos dos Venture Fóruns promovidos pela ABVACP porque são eventos que oportunizam conhecer empreendedores diferenciados e negócios inovadores.

Desta vez, no Venture Forum Sul Brasileiro de 2014, tivemos a felicidade de conhecer a Eloisa, fundadora da CarobHouse", afirma Gabriela van der Linden, da CRP Companhia de Participações.

### **Apoio do Senai**

O Centro Internacional de Inovação do Senai no Paraná presta serviço de captação de recursos para empresas inovadoras. A CarobHouse foi atendida na preparação, apresentação e negociação, culminando com o aporte agora anunciado. Ao atuar com investimentos de Venture Capital (Capital Empreendedor) o Senai busca disseminar essa modalidade de captação às empresas com alto potencial de crescimento e caráter inovador.

Ao longo de três anos são cerca de R\$ 90 milhões de investimentos, financiamentos e

subvenções, bem como benefícios fiscais que contribuíram para o fortalecimento e expansão das indústrias.

### **A CRP e o Fundo CRP Empreendedor**

A CRP Companhia de Participações é uma das pioneiras na indústria brasileira de Venture Capital e Private Equity.

Foi fundada em 1981 e está sediada em Porto Alegre/RS. Ao longo dos mais de 30 anos de experiência, estruturou 10 fundos e realizou investimento em mais de 100 negócios, de diferentes setores, localizados nos estados da região Sul e em São Paulo.

O Fundo CRP Empreendedor possui R\$ 100 milhões de capital comprometido para investir em empresas inovadoras e de alto potencial de crescimento. Os investidores do CRP Empreendedor são: Badesul, Bndespar, CAF, DesenvolveSP,

## **Honda vai de consórcio para enfrentar 2016**

07/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Honda contará com o consórcio e com a renovação da linha para ter um 2016 com emplacamentos semelhantes a 2015, na casa de 1 milhão de unidades. Em entrevista na véspera da abertura do Salão Duas Rodas (Anhembi, de 7 a 12 de outubro), o diretor comercial da Honda, Alexandre Cury, e o diretor de relações institucionais, Paulo Takeuchi, falaram sobre as expectativas da companhia.

A Honda equipou as linhas Fan e Titan com novos motores de 160 cc, mudou também a moto de entrada Pop e tenta conter reajustes decorrentes da alta do dólar e de matérias-primas. “Embora a produção seja bastante verticalizada, a fábrica também sente o impacto do câmbio. Se o salto é muito grande é preciso recorrer à área comercial”, afirma Takeuchi.

Alexandre Cury recorda que a Honda tem no consórcio uma grande ferramenta neste momento por não haver a transferência dos juros como no Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

“É claro que também há um limite para a manutenção dos preços no consórcio e as parcelas têm de ser muito bem calibradas, mas em curto prazo não devem subir. Segundo o diretor comercial, a participação da modalidade nas vendas da Honda passou em anos recentes de 30% a 37%.

As dificuldades de Cury e da Honda vão além dos reajustes. Também é preciso adequar todas as motos à fase 2 do Promot 4, programa de controle de emissões que passa a valer em 1º de janeiro nas linhas de montagem.

Em seu estande a Honda ficou devendo a Biz 100 e a CG 125 com mudanças técnicas, como injeção eletrônica em vez de carburador, que devem ser mostradas só no fim do ano:

“A Honda tem uma linha de motos muito grande, por isso houve necessidade de fazer as mudanças de forma escalonada”, diz Cury. Também é uma forma de os concessionários lidarem com seus estoques.

A perspectiva para exportações é de ligeiro crescimento. De acordo com Takeuchi, os embarques para a Argentina ainda têm peso importante por causa do envio de kits CKD. “Também exportamos motos para Estados Unidos, Austrália, Peru, Chile e pretendemos ampliar os envio para a Colômbia.

Há outros mercados menores como Uruguai, Paraguai e Equador. Só não conseguimos exportar mais por causa da tecnologia mais avançada em relação a esses mercados. Estamos entrando na segunda fase do Promot 4 e alguns mercados não têm nem mesmo o Promot 1”, conclui Takeuchi.

## **Fitesa lidera ranking de empresas brasileiras mais internacionalizadas**

07/10/2015 – Fonte: G1



A Fitesa é a empresa brasileira mais internacionalizada do país, segundo ranking que avalia a presença e atuação de multinacionais no exterior desenvolvido pela Fundação Dom Cabral. Na sequência, estão a construtora Norberto Odebrecht, a Intercement, a Gerdaux e a Stefanini.

De acordo com a pesquisa, a líder do levantamento, a fabricante de não tecidos para descartáveis higiênicos e médicos, tem quase 73% de sua receita originária do faturamento de suas subsidiárias no exterior.

“A empresa é oriunda do Sul. Produzimos matéria-prima para fabricação de absorventes e fraldas. Tivemos a oportunidade de participar por várias etapas da internacionalização, começando com uma joint venture.

No final de 2011, adquirimos o restante da joint e mais seis plantas ao redor do mundo. A partir de 2012, ficamos com 10 plantas em oito países. Estamos fazendo investimento em Cosmópolis [no interior de São Paulo] para ter nossa décima primeira planta.

Fizemos uma operação greenfield no Peru... onde começou do zero e teve toda a adaptação cultural. Estamos hoje no Brasil, Peru, México, Itália, China, entre outros países. Nesse segmento, somos o segundo no mundo”, disse Sandro Nogueira, global treasury management da Fitesa.

### **Apesar de crise, cresce a internacionalização das empresas brasileiras**

A crise que atinge a economia brasileira e derruba a confiança do mercado não afetou os processos de internacionalização das empresas brasileiras no exterior.

O indicador que mede a presença e atuação dessas companhias em outros países, calculado pela Fundação Dom Cabral, cresceu de 22,9% em 2013, para 24,5% no ano seguinte, de acordo com pesquisa divulgada pela instituição.

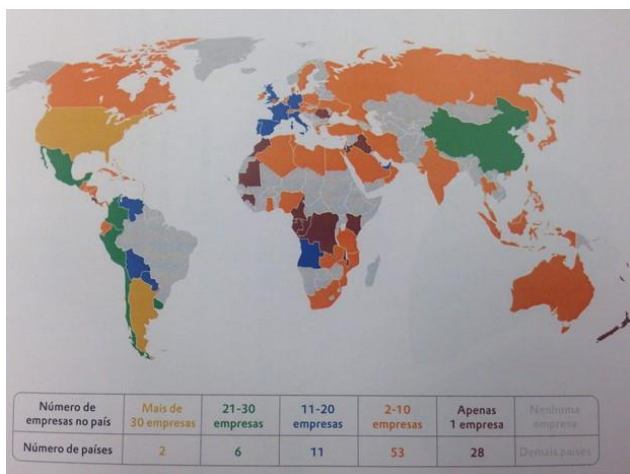
O índice considera os dados de ativos, receitas e funcionários das multinacionais no exterior em relação ao total. As empresas brasileiras estão presentes em 100 países, de acordo com a fundação, mais de 80% se encontra na América do Sul, especialmente na Argentina, seguida pela América do Norte e na América Central. Fora das Américas, o país que mais concentra empresas brasileiras é a China.

## Ranking

De acordo com o ranking deste ano, as empresas brasileiras que participam do levantamento entraram em 33 países e saíram de quatro, sendo três na Europa e um na África.

"Esse dado reforça o movimento crescente da internacionalização das empresas brasileiras, especialmente em um ano em que o mercado internacional aponta para a recuperação da crise mundial, enquanto o mercado doméstico apresenta desafios econômicos que, em muitos casos, restringe o crescimento do desempenho das empresas", diz o estudo.

A pesquisa também mediu o índice de internacionalização das franquias brasileiras. Em primeiro lugar, está a iGui Piscinas, seguida por Localiza, Dudalina, Carmen Steffens, Depyl Action, Chili Beans, Vivenda do Camarão, Magrass, Cia Hering e Giraffas.



## Estratégias

Diante do atual cenário político-econômico brasileiro, a maior parte das empresas afirmou que suas estratégias de internacionalização foram "pouco afetadas" (35,1%). Apenas 1,8% disseram ter sido "muito afetadas".

Para as empresas que alegaram sofrer algum impacto, a maioria (29,5%) afirmou que ampliou os investimentos no mercado internacional e manteve sua estratégia no mercado doméstico.

Com decisões parecidas, 25% disseram também ter aumentado seus investimentos tanto no exterior quanto no Brasil.

No entanto, uma parcela considerável de empresas (20,5%) informou ter freado seus investimentos nos dois mercados.

"Tanto relativamente ao mercado doméstico quanto ao mercado internacional, verificou-se que as empresas brasileiras esperam um desempenho acima da média para suas atividades internacionais conforme os três itens avaliados: vendas, market share e desempenho em relação a competidores", disse a Fundação Dom Cabral.

## Brasil no ranking

Em maio deste ano, outro ranking feito pelo IMD e pela Fundação DOM Cabral mostrou que, pelo quinto ano seguido, o Brasil perdeu posições no ranking global de

competitividade, feito pelo IMD e pela Fundação Dom Cabral – e atingiu sua pior classificação histórica, um pouco honroso 56º lugar. O ranking é elaborado desde 1989.

No topo da lista se destacam os Estados Unidos, Hong Kong, Cingapura e Suíça, seguidos do Canadá e de países da zona do Euro. Entre os países latino-americanos, o Chile se mantém na melhor posição, no 35º lugar, seguido do México (39º).

## **Pequenas e microempresas terão condições especiais em licitações federais**

07/10/2015 – Fonte: Ejornais.com

A presidente Dilma Rouseff assinou ontem decreto que beneficia pequenos empreendedores nas contratações do governo federal.

O texto regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para micro e pequenas empresas nas contratações públicas, compra de bens, serviços e obras no âmbito federal, com medidas como exclusividade em licitações de até R\$ 80 mil e preferência nos pregões.

“Queremos que o poder de compra do Estado seja usado, sob regras bem definidas, para fortalecer esse segmento. Estamos falando de mais de 10 milhões de microempreendedores individuais”, disse a presidente em discurso após a assinatura do decreto, no Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal (DF).

Segundo Dilma, o decreto prevê que as licitações federais até R\$ 80 mil sejam exclusivas para micro e pequenas empresas; dá preferência a pequenos negócios como critério de desempate em processos licitatórios e trata da possibilidade de subcontratação de micro e pequenas empresas pelos vencedores das licitações.

Dilma defendeu a capilaridade e diversidade dos pequenos negócios e disse que o fortalecimento do setor pode ajudar o Brasil a enfrentar as dificuldades na economia.

“Estamos atravessando um momento em que, quanto mais rápido fizermos a travessia, melhor para o Brasil. Uma das pontes para essa travessia ser rápida é simplificar, criar um ambiente de negócios, buscar trabalhar unidos, não pelo interesse desse ou daquele ou outro setor, mas pelo interesse do Brasil.”

Na mesma cerimônia, o governador Rodrigo Rollemberg sancionou a Lei de Simplificação de Atividades Econômicas do DF, que vai reduzir o prazo de abertura de pequenas e médias empresas de um ano para até cinco dias.

A norma distrital foi elaborada em parceria com a extinta Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que foi cortada na reforma ministerial da última semana que teve as funções integradas à Secretaria de Governo. A lei do Distrito Federal servirá de modelo para a simplificação das regras em outros estados.

Várias vezes durante o discurso, Dilma agradeceu ao ex-ministro Guilherme Afif Domingos, que comandava a pasta, e disse que o convidou para coordenar o conselho do Programa Bem Mais Simples, criado em fevereiro para desburocratizar a abertura e fechamento de pequenas e médias empresas.

“Se tem uma pessoa que é um batalhador pela micro e pequena empresa e pelos microempreendedores individuais essa pessoa no Brasil tem nome: o ex-ministro Guilherme Afif Domingos.”

A presidente afirmou que, apesar da extinção da Secretaria da Micro e Pequena Empresa na reforma ministerial, o setor continua prioritário para o governo, sob a responsabilidade da Secretaria de Governo.

“Optei por essa solução porque pretendo continuar acompanhando de perto todas as atividades. Manteremos todas as atividades, intensificando ainda mais o Programa Bem Mais Simples.”

## **Exportações devem crescer 12% este ano**

07/10/2015 – Fonte: Automotive Business

Em meio à retração generalizada de estimativas para os números de 2015, a associação dos fabricantes de veículos, a Anfavea, revisou para cima ao menos uma de suas projeções: as exportações devem crescer 12,2% este ano, segundo previsão apresentada pela entidade na terça-feira, 6.

O volume esperado é de 375 mil unidades embarcadas para outros mercados de janeiro a dezembro.

Até setembro, os embarques somaram 293,4 mil, em alta de 12,3% sobre os mesmos nove meses de 2014. No mês passado, com 33,5 mil veículos vendidos ao exterior, houve pequeno recuo de 3,2% em relação às exportações de agosto, mas expressivo aumento de 28,7% quando se compara com setembro de 2014.

“Acreditamos que é possível avançar mais com novos acordos comerciais que o Brasil está buscando e a reconquista de mercados que perdemos no passado pela nossa falta de competitividade, mas por enquanto estamos sendo mais conservadores”, afirma Luiz Moan, presidente da Anfavea.

A desvalorização do real diante do dólar, de mais de 50% este ano, devolveu competitividade de preço aos veículos brasileiros, mas as exportações demoram a ser retomadas e ainda são menos da metade do pico de 897 mil em 2005, quando o câmbio era menos depreciado que o atual.

Mas Moan cita avanços, como a expansão este ano de 49% nas vendas de automóveis para o México, de 47% para o Peru e de 66% para o Chile; e também nos embarques de caminhões, que cresceram 15% para a Argentina, 43% para a África do Sul, 18% para o Chile e 144% para o México.

Em valores, contudo, as exportações de veículos feitos no Brasil continuam em queda. Os US\$ 7,95 bilhões vendidos de janeiro a setembro representam retração de 10,8% sobre o mesmo período do ano passado. “É uma questão de mix de produtos exportados”, explica Moan, referindo-se aos modelos exportados, de menor valor. “Mas a curva também é ascendente de deveremos recuperar as vendas externas também em valor”, avalia.

Moan acredita também na evolução da adoção de medidas para facilitar as exportações. “Do plano que apresentamos ao governo, chamado de Exportar-Auto, tenho a satisfação de dizer que um terço das nossas propostas foram adotadas”, diz. Ele lembra como exemplo a criação do Portal Único de Comércio Exterior, que desburocratizou a obtenção da documentação exigida dos exportadores.

## **Entidades reunidas na CDH denunciam manobra na MP 680**

07/10/2015 – Fonte: Notícias do Senado

Reunidas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na tarde desta terça-feira (6), as entidades que fazem parte do Fórum Nacional de Combate à Precarização e Defesa dos Direitos Sociais aprovaram carta em que denunciam manobra na tramitação da medida provisória que institui o Programa de Proteção ao Emprego (MP 680/2015), incluindo no texto emendas estranhas ao objetivo original da MP.

— A carta chama para uma mobilização nacional contra essa proposta. Vamos unir todas as frentes populares contra esse que é o maior ataque aos direitos dos trabalhadores, que revoga a CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas]. Vamos fazer essa costura a nível nacional para combater esse projeto, que precisa ser derrotado, seja na Câmara seja no Senado — afirmou Paim.

De acordo com as entidades, recebidas na CDH pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a Comissão Especial que analisa a MP aprovou no dia 1º de outubro projeto de lei de conversão (PLV 18/2015), com emendas que dão prevalência a negociações trabalhistas sobre a legislação em vigor.

"Pelo maquiavelismo legislativo, as portas da precarização abrem-se para a criatividade do capital, ante a disparidade de armas em tempos de desemprego", afirma a carta, elaborada em reunião fechada e divulgada no início da noite.

As 25 entidades que subscrevem a carta, entre elas oito centrais sindicais, confederações, sindicatos de trabalhadores, o MST e associações ligadas à Justiça do Trabalho, a emenda aprovada na comissão especial é inconstitucional. Isso porque, a negociação coletiva não pode contrariar ou inviabilizar direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

Patrocinador da reunião, o senador Paulo Paim, como na véspera, mostrou-se indignado com a alteração da MP 680, levando o tema ao Plenário na tarde desta terça-feira. A reunião foi um desdobramento da discussão ocorrida na CDH um dia antes, quando as entidades apelaram pela rejeição das emendas.